A Revolução Inglesa

José Jobson de Andrade Arruda

tudo é história
82

brasiliense

José Jobson de Andrade Arruda

A REVOLUÇÃO INGLESA

4ª edição

editora brasiliense

ÍNDICE

O conceito de Revolução Inglesa 7
A estrutura econômica 10
A estrutura social 32
A estrutura política 45
A evolução da conjuntura 58
O processo revolucionário 66
As grandes transformações 89
Bibliografia básica 95

Para Mariana,
com o amor de seu pai.

O CONCEITO DE REVOLUÇÃO INGLESA

Foi no século XVII, na Inglaterra, que se deu a primeira Revolução Burguesa da Civilização Ocidental. Em 1640 teve início a Revolução Puritana. Em 1688 teve lugar a Revolução Gloriosa. Ambas, contudo, fazem parte do mesmo processo revolucionário, o que nos leva a optar pela denominação *Revolução Inglesa* e não *Revoluções Inglesas*, considerando-se que a verdadeira revolução se deu no transcurso da *Revolução Puritana*, entre 1640 e 1649, e que a *Revolução Gloriosa* de 1688 foi apenas seu complemento natural.

Nesse contexto, ampliamos o sentido histórico da Revolução Inglesa para inseri-la na *Era das Revoluções Burguesas*, na medida em que antecipa a Revolução Americana e a própria Revolução Francesa em 150 anos. Definiu o padrão da luta política revolucionária até o advento da *Era das Revoluções Pro-*

letárias. Por isso, merece *datar* o início da *Era das Revoluções Burguesas*, muito mais do que a própria Revolução Francesa.

De fato, apesar do seu caráter profundamente democrático e liberal, a especificidade da Revolução Francesa está na gestação de uma revolução popular que chega a ultrapassar, no plano da prática política, a classe hegemônica, a burguesia. Essa especificidade, contudo, não lhe permite erigir-se no tipo acabado de revolução burguesa, pois, a revolução mais pura é aquela que cria condições para a implantação do capitalismo pleno, destravando as forças produtivas capitalistas, acelerando, destarte, o processo revolucionário.

Paradoxalmente, foi uma revolução de compromisso social entre a nobreza e a burguesia, a Revolução Inglesa do século XVII, que eliminou drasticamente o antigo modo de produção artesanal, suprimiu as barreiras para o avanço dos cercamentos das terras e completou a Revolução Agrária, constituindo o tripé *Banco da Inglaterra — Governador do Tesouro—Primeiro Ministro*, responsável pela conquista dos mercados mundiais, realizando, assim, do ponto de vista da implantação do capitalismo, a grande revolução burguesa da Europa.

Seguindo as sugestões de C. Hill e Eric Hobsbawm, pensamos que é necessário, além do mais, estabelecer uma imbricação estrutural entre a Revolução Inglesa e a Revolução Industrial, entendendo-as como partes do mesmo processo. Tão visceralmente relacionadas que uma é condição da outra,

tornando-se praticamente impossível entender a eclosão da Revolução Industrial sem as transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes da Revolução Inglesa. Reciprocamente, a revolução social do século XVII somente adquire significado histórico amplo se analisada no contexto mais global do processo histórico ulterior, por ela desencadeado, e que tem sua culminância na transformação industrial do século XVIII.

Assim sendo, Revolução Inglesa e Revolução Industrial, revolução sócio-política e revolução econômica, integram-se univocamente no mesmo processo, conferindo nova feição ao recorte histórico tradicional desses dois séculos decisivos da História da Inglaterra.

A ESTRUTURA ECONÔMICA

Entre os séculos XVI e XVIII acelera-se o processo de transição do feudalismo ao capitalismo. Tal processo tivera início já nos fins do século XI, quando ocorrem os primeiros sintomas de crise do sistema, e somente se completaria com a Revolução Industrial Inglesa nos finais do século XVIII. Esta fase de transição é marcada pela presença de resquícios do sistema feudal e emergência de elementos constitutivos do modo de produção capitalista. É a fase de acumulação originária de capitais; a fase de preponderância do capital mercantil, elemento integrador do conjunto das atividades econômicas, assentadas em distintos modos de produção que vão das formações servis e semi-servis da Europa Oriental à exploração compulsória do trabalho indígena e escravo na América portuguesa e espanhola, passando por uma multiplicidade de relações de trabalho livre na Europa Ocidental, na qual prepondera, entretanto, o traba-

lho do pequeno produtor independente.

A emergência de um conjunto econômico mais amplo, que ultrapassa os limites estreitos da economia feudal e abrange um mercado mundial, tornado possível pela expansão comercial e marítima do século XV e XVI, cria o que Wallerstein denominou "o moderno sistema mundial".

Considerando-se que a estrutura produtiva é impulsionada pela dinâmica do mercado, pelos impulsos decorrentes da circulação das mercadorias, resulta um processo de acumulação que se realiza, preponderantemente, via circuito mercantil. Tal mecanismo leva os poderes públicos — o Estado Absolutista — a enfatizarem a primazia da circulação das mercadorias em detrimento da produção, concentrando seus esforços na política econômica mercantilista que corresponde à hegemonia do capital mercantil e tem por objeto direto a força do Estado e o enriquecimento da burguesia. Tais objetivos somente seriam atingidos através da balança comercial favorável, o que por sua vez somente seria exeqüível através da política de monopólios que exigia uma política protecionista. Monopólio e protecionismo, entretanto, entendidos como práticas essenciais da política mercantilista, demandavam a existência de colônias que passam a ser, destarte, o elemento fundante da política mercantilista, visto que na área das metrópoles era quase inexeqüível a prática do monopólio e do protecionismo.

Se bem que o elemento dinâmico do conjunto das atividades econômicas fosse a atividade mercan-

til, a estrutura econômica permanecia largamente dependente das atividades agrícolas, atividades estas mais ou menos dinamizadas, dependendo do seu grau de relacionamento com a esfera mercantil.

A base agrária

As relações de produção no setor agrário são predominantemente de tipo feudal. A crise do sistema feudal e a ruptura das relações servis não se deram de um golpe. Na maior parte dos casos, a ruptura das relações servo-senhor, baseadas nas obrigações costumeiras e compulsórias devidas por um servo a seu senhor, foram comutadas em obrigações monetárias, permanecendo, portanto, o caráter essencialmente servil da relação. Noutros casos, a ruptura das relações envolvera o estabelecimento de novos tipos de relacionamento, inicialmente contratuais, mas que tendem a se perpetuar, reeditando, na prática, as antigas relações, desvantajosas para os produtores à medida que perdem a segurança das antigas relações costumeiras, deixando-os à mercê do cutelo senhorial.

Somente nas áreas em que a produção agrícola sente mais intensamente a proximidade do mercado mundial, é que a estrutura da produção agrícola tende para o arrendamento das terras a empresários que investem capital na agricultura. De uma forma geral, entretanto, a estrutura da produção tende à auto-suficiência, o pequeno produtor produz local-

mente os gêneros considerados de primeira necessidade, no plano da habitação, vestuário e alimentação. Não se instala, pois, a divisão social da produção. Os produtores não se transformam em consumidores. Disto resulta um entrave praticamente insuperável para a economia mercantil, cuja expansão se encontra limitada pela estrutura ainda feudal da economia rural. Equivale dizer, que a economia mercantil se desenvolveu nos poros da sociedade feudal e seus limites expansivos são determinados por esta estrutura. Assim, todas as vezes que a expansão mercantil atinge os limites impostos pela estrutura agrária, entra em crise e passa por um momento de estagnação. Temos, pois, a convivência de distintos modos de produção, que se interpenetram, resultando um todo imbricado e contraditório.

De qualquer forma, naqueles pontos em que a interpenetração da economia agrícola e economia mercantil eram mais fortes, acelera-se o processo de capitalização da agricultura, transformando-se a terra num bem comercializável no mercado e eliminando as formas de posse feudais. "E mais, quando a renda assume a forma de renda dinheiro, e a relação entre camponês que paga renda e proprietário da terra, a forma contratual (que só é possível em certo nível elevado de desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura), a terra passa necessariamente a ser arrendada a capitalistas, que até então estavam fora do domínio rural. Eles trazem para o campo e para a agricultura o capital obtido nas cidades e o modo capitalista de produção já

desenvolvido na economia urbana: o produto que se gera é mercadoria, apenas e simples meio de extorquir mais-valia. Essa forma só pode generalizar-se nos países que estejam dominando o mercado mundial, na fase de transição do modo feudal para o modo capitalista de produção. Com a interferência do arrendatário capitalista entre o dono da terra e o que efetivamente a cultiva dissolvem-se todas as relações oriundas do velho modo rural de produção... Essa entrada do capital, força autônoma e diretora, na agricultura não se processa de maneira imediata e geral, mas progressiva e em certas atividades especiais da produção rural. No começo não penetra na agricultura propriamente dita, mas em ramos de produção como a pecuária, notadamente a ovinocultura, que tem por produto principal a lã, que, ao ascender à indústria, de início apresenta em caráter constante preço de mercado com excedente sobre o preço de produção, diferença que só mais tarde desaparece. É o que se deu na Inglaterra no decurso do século XVI". (Karl Marx, *O Capital*, III, pp. 916-918).

A dissolução das antigas relações feudais envolvia igualmente a necessidade de eliminação dos novos trabalhadores rurais que tendiam a apegar-se à terra e dedicar-se a atividades de produção marginal, com vistas a sua subsistência, que minimizam a rentabilidade da agricultura.

Havia três formas básicas para a eliminação destes rendeiros hereditários: expulsá-los de suas posses incorporando suas terras aos domínios senho-

riais; forçá-los a aceitar arrendamentos limitados em substituição às posses vitalícias; erodir os direitos comunais dos camponeses.

Por outro lado, a eliminação das relações servis era uma decorrência direta da crise da aristocracia. De fato, a libertação dos servos constituiu-se numa fonte de renda segura para a aristocracia. A libertação de servos era um recurso econômico que produzia dividendos. Este assunto foi tratado de uma forma tão evidente, que durante o século XVI, na Inglaterra, a aristocracia poderia considerar um favoritismo especial, por parte da monarquia, a concessão para liberar um determinado número de servos e suas respectivas famílias das propriedades do Estado, mediante uma indenização paga pelos servos aos nobres que os "libertavam".

O confisco dos bens dos mosteiros e das igrejas realizado pela monarquia inglesa entre 1536 e 1539 teve enorme importância no processo de transformação da estrutura agrária na Inglaterra, pois o Estado deu e vendeu a maior parte das terras apropriadas. Disto se beneficiaram os nobres que receberam as terras em doação ou as compraram, para novamente revendê-las. Igualmente se beneficiaram a *gentry* (pequena nobreza), que em muitos casos havia administrado e cultivado as terras dos monges, e mesmo as associações de comerciantes londrinos. Esta decisão política do Estado, que tinha por finalidade aumentar seus próprios recursos econômicos com vistas à empreitada da centralização política e unificação do mercado nacional, expandiu de forma

espetacular a quantidade de terras disponíveis no mercado, dinamizando o processo de capitalização da agricultura inglesa, que não encontra paralelo na história da Europa. Por outro lado, contribuiu para a ruptura das relações servis de produção, na medida em que substituiu os antigos donos por novos proprietários integrados na produção para mercado.

Outro elemento decisivo neste processo de transformação da estrutura agrária inglesa foram os cercamentos (*enclosures*). Mas, para que possamos entendê-los convenientemente, torna-se indispensável, primeiramente, uma tentativa de equacionamento da estrutura fundiária ou, mais precisamente, das unidades agrárias de produção.

De uma forma geral poderíamos dividir as terras em *open fields* e *common lands* ou *wast lands* ou ainda, simplesmente, *common*. Os *open fields* são campos abertos, não cercados, nos quais as propriedades se encontram dispersas e mescladas, possuídas por proprietários com títulos individuais: alguns são proprietários livres e outros ocupam a terra numa espécie de arrendamento vitalício e tendente a hereditário, os chamados *copyholders*. Cada um destes proprietários ou posseiros tem vários lotes de terra, de forma descontínua, abarcando cada um, em média, um acre, uma faixa retangular de vinte metros por duzentos. Em certas comunidades adotava-se o critério de rodízio periódico para manter a igualdade das partes. Na medida em que as faixas de terra estavam encravadas umas nas outras, era impossível cercá-las, o que restringiria o acesso de cada proprie-

tário a seu lote e impunha a preservação de numerosos caminhos de acesso, que recortavam excessivamente a propriedade. Disto resultava um modo coletivo de produção agrícola, que preservava velhos métodos de cultivo, tolhia a iniciativa individual, pois o cultivo era decidido numa assembléia da paróquia ou comunidade. Impedia-se dessa forma a divisão social da produção, constrangendo, necessariamente o progresso técnico. De uma forma ainda medieval, dividiam-se os lotes em três campos, nos quais se produziam cereais e forragem, permanecendo um campo sempre em pousio, cultivando-se produtos alternados em rotações bienais ou trienais, com vistas à preservação da fertilidade do solo. Entre os lotes cultivados permanecia sempre uma faixa não cultivada para demarcar seus limites, o que significava manter sempre inculta uma parcela significativa da terra cultivável. No período de entressafras, entre um cultivo e outro e nos campos em repouso, os *open fields* tornavam-se terras coletivas, convertendo-se em campos de pastagem, aos quais todos os proprietários ou posseiros vitalícios poderiam enviar seus animais para pastar, contribuindo duplamente para a alimentação dos ditos animais e para a reconstituição do húmus da terra.

Por seu turno, os *common lands* eram uma propriedade coletiva. Eram as terras baldias, incultas e de uma certa forma carentes de valor, de pequena fertilidade, mas um recurso constante para as populações mais pobres, que hereditariamente estabeleceram o direito de pastagem (*common of pasture*), o

direito de pastagem para os carneiros (*right of sheep-walk*), direito de colher lenha e cortar madeira para construção (*common of estovers*), direito de pescar (*common of piscary*), direito de colher turfa para iluminação (*common of turbary*).

Apesar da denominação *common lands*, não havia um coletivismo absoluto sobre estas terras. Sobre elas o senhor gozava um direito eminente, por isso às vezes eram denominadas *the lord's waste*. E mais, sobre as terras comuns têm direito todos os proprietários, mas não todos os habitantes da comunidade. Somente o senhor, proprietário nominal destas terras, tem o direito de enviar um número ilimitado de animais para pastar. Para os demais, este número é proporcional à extensão da propriedade de cada um. Era, entretanto, regra geral, que para cada unidade familial era permitido o envio de três animais às terras comuns.

Segundo Paul Mantoux (*La Revolución Industrial en el Siglo XVIII*, p. 135), erguiam-se cabanas humildes nas quais se instalavam elementos oriundos das camadas inferiores, não proprietários ou posseiros, sem nenhum direito estabelecido, apenas por um consentimento tácito: eram os *cottagers* e os *squatters*. Espécie de mão-de-obra errante, marginal, que os proprietários mobilizavam nas épocas de colheita, constituindo-se num exército de reserva que não precisava ser abastecido pelos proprietários nas entressafras. Uma espécie de proletariado rural, equivalente ao moderno *lumpenproletariat*. Enquanto os *cottagers*, na maioria dos casos, tenderam a se con-

verter em pequenos colonos e até mesmo proprietários por uma relação costumeira e hereditária, já os *squatters*, posseiros mais recentes, tinham por isso mesmo uma situação mais precária.

Torna-se agora mais fácil entender o significado dos cercamentos na história da Inglaterra. Trata-se do cercamento dos *open fields* e dos *common lands*, a reunião dos lotes de terra dispersos numa área contínua que permitiria ao seu proprietário isolá-la das demais propriedades ou posses, transformando a terra em mercadoria e criando condições para a especialização da produção, a intensificação da divisão social do trabalho agrícola e a penetração mais intensa do capital no campo.

Existe uma pré-história dos cercamentos na Inglaterra e remonta ao século XIII, quando o empobrecimento da população camponesa provoca o êxodo rural. No século XVI a inflação dos preços estimulou a produção agrícola, valorizando as terras para cultivo. Ao mesmo tempo, a nobreza sequiosa de terras para exploração ou para a venda acelerou o processo de cercamento. Havia dois tipos básicos de *enclosures*: o cercamento de grandes propriedades para pastos e de pequenas unidades agrícolas para um cultivo mais intensivo.

Preponderam, entretanto, os cercamentos de grandes domínios, que tiveram impacto enorme sobre a população camponesa. De fato, a grande indústria da Inglaterra, a indústria da lã, exigia constantes alargamentos dos campos criatórios e esta atividade, como se sabe, restringe o *quantum* de mão-

de-obra empregada, diminuindo consideravelmente o mercado de trabalho nos campos ingleses, tendo como contrapartida o efeito de liberação da população rural, intensificando o êxodo que, por sua vez, resulta em infinita variedade de trabalhos marginais, criando um exército de reserva para a composição dos exércitos mercenários ou para as atividades manufatureiras. De qualquer forma, resultando numa chusma de desempregados que forçaram o Estado a intervir no sentido de coibir a vagabundagem, mas também de tentar impedir os cercamentos que desestabilizavam a estrura social.

Os Tudors e os Stuarts tentaram aliviar as vítimas desta transformação procurando canalizar o processo de mudanças de forma a tornar-se menos devastador. Entre 1515 e 1552 estabeleceu-se uma legislação protecionista: ordenava-se a reparação das cabanas abandonadas; limitava-se o número de carneiros que poderiam ser possuídos por um único proprietário; gravava-se todo campo de pastagem novo com um imposto proporcional à metade da renda gerada. A multiplicidade de leis demonstra a sua própria ineficiência para coibir os abusos. Sua gravidade repercute nas tensões e conflitos sociais que não raro explodem em violentas revoltas, como se verificou em vários condados no ano de 1549. Três mil e quinhentos amotinados foram mortos e seu chefe, Robert Kett, enforcado.

O ritmo dos cercamentos se desacelera na segunda metade do século XVI, mas jamais se interrompeu de todo durante o século XVII. A posição da

monarquia inglesa, entretanto, continuava a ser um fator impeditivo do avanço dos cercamentos e, nessa medida, um elemento que entravava o avanço do capitalismo na Inglaterra.

De uma forma bem ampla, a estrutura agrária da Inglaterra na primeira metade do século XVII apresentava duas regiões bem demarcadas: o *sul-leste* e o *norte-oeste*. Na região *norte-oeste* preponderavam as grandes propriedades possuídas pela monarquia, pelo clero anglicano e pela grande aristocracia inglesa. Sua estrutura produtiva era ainda largamente feudal e as mudanças havidas nas relações de produção não tinham sido suficientemente intensas para alterar qualitativamente a produtividade e o nível de técnica. Eram, portanto, propriedades que destinavam sua produção para o uso, não estavam integradas na economia de mercado. Sua estrutura social era, em decorrência, profundamente conservadora. Por outro lado, na região *sul-leste*, a estrutura fundiária fora profundamente alterada. O impacto decorrente da expansão da economia mercantil tivera um efeito multiplicador. A produção de matérias-primas industriais e alimentos para os grandes mercados nacionais, como por exemplo a cidade de Londres, e, mais ainda, a expansão do mercado internacional ao qual a Inglaterra se ligava de uma forma cada vez mais intensa estimularam os grandes proprietários aristocratas, a *gentry*, e mesmo os pequenos proprietários de terra livre ou arrendada a produzirem para o mercado. Emergia assim uma classe de proprietários oriundos dos mais diferentes

estratos sociais, mas que guardavam entre si um elemento comum: o investimento capitalista na agricultura.

Esta estrutura agrária recebia ainda a impulsão resultante do aumento acelerado dos preços. De fato, entre 1540 e 1640, o meio circulante representado por metais nobres, ouro e prata, multiplicou-se por 7 e os preços no mesmo período subiram pelo menos 3 vezes. Em decorrência, as rendas fixas se desvalorizaram prejudicando a nobreza proprietária que havia arrendado suas terras a capitalistas por longos prazos. Inversamente, os produtores, que destinavam sua produção ao mercado, acumularam capitais que reinvestiram na agricultura ou aplicaram nas atividades manufatureiras.

A base industrial

Havia poucas e verdadeiras indústrias na Europa em meados do século XVI. Com exceção da indústria têxtil, indústria de extração mineral e de construção naval, todas as demais atividades industriais eram organizadas com base no trabalho de artesãos individuais. Por volta de 1550, ocorreu uma mudança substancial na distribuição geográfica da produção industrial européia. O eixo dominante que se estendia da Flandres até a Toscana começou a deslocar-se rumo aos Estados situados a noroeste da Europa, especialmente à Inglaterra, onde se verifica um arranque industrial entre os anos de 1540 e 1640,

período este que J. U. Nef identificou como a "primeira revolução industrial" inglesa. Esta mudança, contudo, não é acompanhada por mudanças significativas na organização social da produção ou na sua estrutura técnica.

A indústria inglesa apresentava uma evolução lenta mas firme desde a Baixa Idade Média. A recessão agrícola dos séculos XIV e XV, a tendência à rápida difusão de máquinas hidráulicas, os altos salários impostos pelas corporações urbanas foram fatores que estimularam o deslocamento das indústrias em direção às zonas rurais. Estas indústrias rurais não produziam tecidos de primeira qualidade, mas eram muito mais baratos e, portanto, ao alcance das populações de mais baixo poder aquisitivo e mesmo da nobreza empobrecida, elemento essencial para podermos compreender, a longo prazo, o processo de caminhada rumo à Revolução Industrial. A crise dos centros urbanos tradicionais foi amplamente compensada pela expansão das indústrias rurais, cuja produção, em momentos de recessão econômica, tinha de buscar escoadouros externos, dadas as limitações do mercado interno.

A produção de tecidos de lã era a principal indústria inglesa. Era o próprio símbolo da prosperidade industrial da Inglaterra. Sua característica marcante era a extrema dispersão, praticamente difundida por todo o território. É possível, contudo, distinguir-se três agrupamentos principais: no Yorkshire, com Leeds e Halifax; em Norfolk e Norwick; no sudoeste, entre os canais da Mancha e Bristol.

Não se trata de uma concentração, pois cada um destes núcleos está mais ou menos disperso e interligado a uma infinidade de ramificações secundárias.

As formas de organização da produção industrial são igualmente variadas. Ao lado das formas mais avançadas encontramos formas arcaicas de produção, revelando, portanto, um crescimento desigual. Nas regiões de concentração industrial mais intensa torna-se mais forte a interdependência dos fatores de produção. Resultam três formas básicas de organização social da produção: o *artesão*, o *mestre manufatureiro* e o *comerciante manufatureiro*.

O *artesanato* é a verdadeira unidade doméstica de produção que remonta à Idade Média. É constituída, basicamente, pela família do produtor, distribuindo-se seus membros, de acordo com sua idade e força, pelas várias etapas que compõem o trabalho artesanal. Nela, o artesão possui todos os meios indispensáveis à produção: a oficina, os instrumentos e a matéria-prima. A rudimentaridade dos instrumentos correspondem à organização do trabalho, sendo, portanto, baratos e de fácil aquisição. Semanalmente, o artesão se desloca para os mercados rurais próximos e vende o produto do seu trabalho, adquirindo nova matéria-prima para dar continuidade ao processo de produção. Uma característica marcante deste produtor é a sua notável independência, pois associa ao mesmo tempo dois distintos modos de produção: o artesanato e a agricultura. De fato, o artesão completa suas atividades produtivas dedicando-se ao trabalho agrícola, interrompendo a atividade

artesanal nas épocas de maior concentração da agricultura. Sua subsistência é garantida pelos produtos de sua própria produção.

O *mestre manufatureiro* aparece onde quer que a ampliação do mercado exige o aceleramento da produção. Neste caso, o produtor também é proprietário dos meios de produção. Porém, integra mão-de-obra assalariada, transformando-se num pequeno empresário. A distância social entre patrão e empregado é minimizada pela solidariedade do trabalho. Em geral, os trabalhadores eram alojados e alimentados pelos seus patrões, não sendo muito difícil para cada um destes assalariados chegar à condição de mestre manufatureiro. Quando, a longo prazo, estes mestres manufatureiros se transformarem em verdadeiros empresários capitalistas na *maquinofatura*, terá se realizado a verdadeira transição revolucionária, porque resulta da transformação do antigo modo de produção no sistema fabril.

O *comerciante manufatureiro*, como o próprio nome indica, é um comerciante conhecedor do mercado, de suas tendências e preferências, que aplica capital mercantil nos domínios da produção industrial. Primeiramente, contenta-se em combinar as várias etapas da produção, remunerando o trabalho de artesãos ou mestres manufatureiros, permanecendo seu capital essencialmente comercial. Numa etapa seguinte, reúne trabalhadores assalariados num mesmo local onde realizam as operações de acabamento dos tecidos previamente adquiridos, especialmente, o tingimento e penteadura dos tecidos de

lã. Progressivamente, vai açambarcando novos estágios da produção: a tecelagem, a fiação, a preparação da matéria-prima. Dessa forma, o capital mercantil domina a produção de cima para baixo, isto é, das operações mais sofisticadas às mais rudimentares.

À medida que o comerciante manufatureiro domina a produção, verifica-se um processo de endividamento dos produtores independentes, que acabam por perder seus instrumentos de produção, transformando-se em simples assalariados que conservam apenas a aparência de independência, garantida por seu estilo de vida ainda rural.

Coexistem, portanto, diferentes formas de produção, dentre as quais tende a preponderar a manufutura engendrada pelo capital mercantil. A denominação indústria doméstica é genérica e recobre a produção artesanal, passando pelo mestre manufatureiro, até o trabalho artesanal submetido pela manufatura.

O encaminhamento desta análise revela uma das origens dos capitais necessários ao processo de industrialização: o comércio. Questão controvertida, pois algumas pesquisas têm indicado que os capitais mercantis eram preferencialmente canalizados para a compra de terras por razões sociais. C. Hill não tem dúvidas a este respeito, quando afirma: "O capital para o desenvolvimento industrial foi fornecido, direta ou indiretamente, por mercadores, traficantes de escravos e piratas, cujas fortunas tinham sido acumuladas no ultramar; e pelo setor da pequena

nobreza que fizera fortuna com a pilhagem dos mosteiros e a nova agricultura, além do dinheiro proveniente das economias dos pequenos proprietários rurais e artesãos" (*The English Revolution 1640*, p. 23). A tendência atual é considerar o reinvestimento de lucros como a principal fonte geradora de capitais para as atividades industriais.

Um dos obstáculos mais sérios ao desenvolvimento industrial foi a regulamentação imposta pelas corporações. Desde a Idade Média que as corporações, com vistas a adequar a produção ao consumo, regulamentava a quantidade, a qualidade, os preços e os salários pagos aos jornaleiros, estabelecendo normas rígidas para o acesso ao artesanato, impondo longos períodos de aprendizagem e a realização de uma obra-prima, julgada pelos mestres já estabelecidos da corporação, que dava acesso ao ofício. Não restava, pois, aos novos chegados à atividade industrial, outra opção. Tinham de abandonar os centros tradicionais de produção industrial, estabelecer-se em novas cidades não dominadas pelas corporações, transladar-se aos subúrbios ou deslocar-se para as zonas rurais, onde havia oferta abundante de mão-de-obra barata em meio à população camponesa arruinada pelas transformações decorrentes dos cercamentos no meio rural. A monarquia inglesa, à medida que colaborava para a preservação da estrutura produtiva vigente, impedia o avanço da produção industrial, tolhendo o passo do desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra.

A base mercantil

A expansão das atividades industriais dependia amplamente da expansão das atividades comerciais. P. Mantoux insiste, com muita razão, que o desenvolvimento comercial precede ou até mesmo determina a transformação da indústria. (*La Revolución Industrial en el Siglo XVIII*, p. 72).

Partindo de uma economia estática, como a economia feudal, o mercado interno foi gradativamente se ampliando, na Inglaterra, durante todo o final da Idade Média. A partir do século XIII, a Inglaterra exportava artigos alimentícios, inclusive cereais. Porém, com a expansão da colonização agrícola na Alemanha Oriental e na Polônia, inverteu-se o fluxo comercial, pois o trigo originário do Báltico passou a fluir em direção ao Ocidente, abastecendo os mercados flamentos e desalojando os ingleses até mesmo dos mercados escandinavos. Até os meados do século XVI as exportações inglesas eram basicamente de matérias-primas, cereais, madeira e, em menor escala, metais e couros. A expansão do mercado londrino demandava uma oferta concentrada de cereais, o que explica sua importação para este mercado exclusivo. Esta estrutura mercantil sofre uma transformação radical na segunda metade do século XVI, quando a exportação de alimentos declinou relativamente e os tecidos se converteram na principal exportação inglesa.

A exportação de lã crua estava em recesso desde o século XV, por causa da concorrência da matéria-

As patentes e os monópolios eram convencionalmente considerados como formas de exploração dos consumidores comuns e um obstáculo aos demais produtores e mercadores. Lilburne, o grande líder dos levellers, *usava o termo* monopólio *para incluir as restrições à liberdade de fala e de publicações.*

prima espanhola e, principalmente, pela absorção cada vez mais intensa da lã na própria indústria têxtil do país. Os impostos sobre a exportação de lã crua tiveram um caráter protecionista, até sua proibição total em 1614. Como os impostos que recaíam sobre o comércio inglês eram menos onerosos do que em outros países, como por exemplo a Flandres e o Norte da Itália, resultava uma capacidade competitiva maior. Assim, na segunda metade do século XVI, o comércio inglês poderia ser descrito em termos gerais como brilhante, orientando suas exportações em cerca de dois terços para Antuérpia e o restante para a França e Península Ibérica.

Nesse processo de expansão teve um papel primordial a criação das companhias privilegiadas, a primeira das quais, os *Merchant Adventurers*, organizada em 1486, para monopolizar as relações comerciais com Antuérpia, aumentando a eficiência pela maior racionalização da prática mercantil. O êxito desta primeira experiência estimulou a formação de novas companhias, surgindo então, em 1554, a Companhia da Moscóvia, em 1579 a Companhia do Báltico, em 1581 a Companhia da Turquia, em 1600 a Companhia das Índias. Na base desta política mercantil estava a atuação do Estado inglês, uma monarquia centralizada e forte que buscava mercados externos, dando início à colonização inglesa e a um verdadeiro assalto ao mercado mundial e, especialmente, espanhol, através da concessão das cartas de corso que legitimava a pirataria inglesa em todos os mares. Se a proteção dispensada pela monarquia

condicionava a expansão das companhias privilegiadas, reciprocamente, a venda de privilégios transformou-se numa fonte de lucros importantes para o Estado. Os monopólios comerciais, ou seja, a restrição de uma área de comércio, ou a exclusividade sobre um determinado produto, bem como os monopólios industriais, beneficiavam uma parcela reduzida da sociedade inglesa, geravam recursos para o Estado, mas espoliavam uma larga parcela da população, excluída destas atividades, que pagava o ônus resultante dos monopólios, pois os preços de alguns produtos básicos monopolizados, tais como o sabão, o alume, a cerveja, o sal, eram elevados no mercado interno em função dos exclusivos comerciais e industriais. Segundo J. O. Appleby, *Economic Thought and Ideology in Seventeenth-Century England*, p. 102, "o fortalecimento dos laços comerciais ingleses com os mercados mediterrânicos encorajou os tecelões a implementarem novas fábricas. Isto significava que o elaborado código industrial dos Tudors tornava-se cada vez mais obsoleto". E mais, que "a reavaliação das companhias comerciais tornava difícil a preservação dos antigos privilégios. O livre acesso ao mercado tornava-se uma necessidade. Afinal, o novo comércio com as colônias tinha crescido fora das restrições das companhias privilegiadas".

A ESTRUTURA SOCIAL

Definir o caráter da sociedade da época Moderna é tarefa bastante complexa. De um lado se posicionam os defensores da sociedade de ordens, definida por critérios de honra e privilégios jurídicos, a exemplo de Roland Mousnier. Do outro, os que defendem a existência efetiva de uma sociedade de classes, hierarquizada a partir de critérios econômicos, de posicionamento em relação ao sistema produtivo, como postulavam os seguidores de Ernest Labrousse. Efetivamente, dependendo do posicionamento do observador, encontraríamos elementos para justificar plenamente ambas as colocações, pois se trata de um período de transição em que se imbricam restos da sociedade estamental típica do sistema feudal e elementos emergentes da nova sociedade capitalista em formação, sendo evidente a formação de uma sociedade de classes no bojo da sociedade estamental.

A complexidade à qual acima aludimos se reflete claramente nesse texto de C. S. L. Davies,"Les revoltes populaires en Angleterre (1500-1700)", (pp. 59-60): "Não é possível, sem incorrer num equívoco, colocar os inícios da sociedade moderna em termos rigorosos de classe, especialmente se se insiste em restringir a noção de classe à classificação tripartida marxista. Num momento dado, os assalariados podem atuar contra seus senhores, em seguida ao qual podem, pelo contrário, atuar junto a seus senhores contra a opressão do capital comercial ou do governo; os camponeses podem muito bem atirar-se ao mesmo tempo contra as manobras do Rei para diminuir o poder de seus nobres e contra as tentativas dos nobres de incrementar as obrigações feudais. Ao nível do país como um todo, os camponeses jamais conseguiram estabelecer uma solidariedade real e, pelo contrário, freqüentemente descobrimos que seus opressores eram os habitantes das cidades. Cada pessoa pertencia a vários grupos sociais: sua família, sua corporação, sua cidade ou seu povo, sua comarca, seu país no sentido moderno e sua classe econômica. Na maior parte das vezes tais pessoas se definiam em termos que eram uma combinação destas diversas origens sociais. Falava-se dos trabalhadores 'livres de Norfolk' e não dos trabalhadores têxteis em geral e dos homens de Norfolk em geral. A noção que os indivíduos faziam de si mesmos, de suas agregações e de sua fidelidade dependia simplesmente das circunstâncias do momento. A questão de saber qual era a fidelidade fundamental de um indivíduo é uma

questão para a qual não há resposta, não somente porque os dados são difíceis de avaliar, senão porque estas eleições raras vezes se faziam em abstrato e não em relação a circunstâncias particulares".

Esta colocação tem o mérito de revelar o lado profundamente contraditório desta sociedade, que, portanto, não pode ser definida por uma simples projeção do esquema bipolar de relações de classes dominante no capitalismo concorrencial. Os choques entre as três principais ordens sociais, clero, nobreza e terceiro estado, bem como os choques intra-estamentos, eram intensos. A marca desta sociedade é a extrema segmentação social, que potencializa o conflito de classes e mascara o perfil da estrutura social.

Levando-se em conta o caráter profundamente agrário da sociedade, começamos a análise pelas camadas rurais, definindo-se basicamente três grande categorias sociais: a aristocracia, os *yeomen* e a *gentry*.

A aristocracia

A aristocracia inglesa, constituída pelos nobres de sangue cuja linhagem remonta à Idade Média, permanece na dependência de suas propriedades territoriais, ampliadas pela compra ou usurpação das terras dos mosteiros e/ou pela expropriação dos foreiros no decurso dos cercamentos. Para L. Stone, no seu livro clássico, *The Crisis of the Aristocracy* (p. 350), a nobreza, que em certos momentos chegara a revelar um certo espírito empreendedor, um certo

tino empresarial, agonizava diante de uma crise sem paralelo na história social inglesa. O processo de desgaste da aristocracia inglesa continuou sem interrupção durante todo o período elisabetano, para culminar no início do século XVII com uma *débacle* total. Vários foram os motivos desta crise: o declínio da riqueza da aristocracia em relação à *gentry*; o afundamento de suas possessões rurais em termos absolutos e relativos; o declínio do poder em homens, armas, castelos e mesmo na vontade de resistir; a concessão de títulos de nobreza em troca de pagamentos monetários a um grande número de pessoas não gradas; a mudança de atitude em relação aos antigos produtores substituídos por rendeiros capitalistas; o declínio de sua influência eleitoral devido a convicções religiosas e políticas arraigadas; a difusão da cultura e educação nas classes ascendentes, adquirida nas escolas e universidades e a requisição por parte do Estado de uma elite para os escalões administrativos; a influência crescente do individualismo, da crença calvinista na hierarquia espiritual dos eleitos e a exaltação puritana da consciência privada, que afetavam as atitudes em relação à hierarquia e a obediência na sociedade laica; e, finalmente, a brecha psicológica crescente entre a Corte e o País em atitudes, reais ou supostas, em torno da teoria constitucional, métodos e escala da tributação, formas de adoração religiosa, gostos ascéticos, probidade financeira e moralidade sexual.

O quadro da crise da aristocracia traçado por L. Stone é excessivamente rígido. Acusa-os de uma ges-

tão incompetente de suas propriedades, um estilo de vida dispendioso que abria um abismo entre suas despesas e as receitas, que tentavam desordenadamente ampliar pela cessão de longos arrendamentos em troca de rápidas entradas de dinheiro e, no limite, uma completa dependência em relação aos favores públicos do Estado. É necessário lembrar, porém, que em determinados momentos o processo histórico jogou a favor das rendas da aristocracia, especialmente nas primeiras décadas do século XVII, quando a supervalorização das terras necessariamente ampliou os recursos econômicos da classe possuidora de terras e rendas agrícolas. Neste contexto R. Tawney apresenta uma posição mais equilibrada, pois, para ele, as mudanças econômicas estavam empurrando os mais empreendedores — aqueles que controlavam a terra qualquer que fosse a sua designação — em direção a novos métodos de gestão das propriedades e tinham muito a ganhar se adaptassem seus cultivos às novas impulsões advindas da dinâmica comercial, mas teriam muito a perder, se fossem excessivamente conservadores para aferrar-se aos velhos métodos de exploração econômica.

É de extrema importância esta colocação, pois permite redimensionar o tema da crise da aristocracia e seu papel na Revolução Inglesa. De fato, se, como afirma L. Stone, foi a crise da aristocracia que retirou a sustentação básica da monarquia inglesa, seria de se supor que no decurso do conflito político e militar todos os nobres, praticamente sem exceção, deveriam ter se posicionado a favor do Rei, pois, o

encolhimento de suas rendas torná-los-iam dependentes dos favores do Estado. O que se verifica, entretanto, segundo palavras do próprio L. Stone, é que alguns nobres tomaram posição ao lado do Parlamento, um número ainda maior ao lado do Rei e muitos mais permaneceram neutros, o que desvirtua a tese da crise geral da aristocracia.

Os *yeomen*

Na base desta sociedade encontramos os *yeomen*, uma espécie de "classe média" rural, extremamente numerosa, correspondendo a mais ou menos 1/6 da população inglesa nos inícios do século XVII. Esta denominação, remanescente da Idade Média, designava uma grande variedade de situações sociais, tais como granjeiros (*farmer*), proprietário (*freeholder*), lavrador (*husbandman*), jornaleiros (*laborer*) e até mesmo cavaleiros (*gentleman*). Segundo Mildred Campbell era "uma classe média rural fundamental, cuja principal preocupação girava em torno da terra e dos interesses agrícolas, um grupo que vivia na zona intermediária entre a grandeza e a necessidade, servindo à Inglaterra como poderia fazê-lo uma classe média... cuja condição se situava entre a *gentry* e os camponeses" (*The English yeomen under Elizabeth and the early Stuart*, p. 61).

O *yeomen* é por excelência o rendeiro livre (*freeholder*), que possui a terra sobre a qual vive e trabalha. Porém, a denominação se estende também ao

rendeiro hereditário (*copyholder*), cuja família cultiva o mesmo solo há várias gerações, possuindo mesmo, em certas regiões, um arrendamento vitalício (*leaseholder for life*). Sua condição varia, portanto, em função do tipo de relação que mantém com a terra e com seus senhores imediatos. Sua condição econômica depende, principalmente, do tamanho de suas posses. Em geral, os *yeomen* com maiores posses estavam num processo de ascensão pela valorização das terras e de suas produções, o que caracteriza uma *yeomanry* ascendente, cobiçosa de terra e de lucros, muito particularmente interessada na transformação de suas posses hereditárias em propriedades efetivas. Inversamente, aqueles *yeomen* que guardavam uma relação precária com a terra e exploravam pequenas unidades agrícolas, sofriam mais intensamente a pressão dos grandes proprietários que procuravam transformar seus direitos seculares, seus aforamentos, em arrendamentos, quando não eram simplesmente excluídos de suas posses e de seus direitos sobre as terras coletivas pelo processo dos cercamentos. Esta era a *yeomanry* declinante, classe decisiva no contexto da Revolução Inglesa, mas que tenderia a desaparecer como resultado da própria Revolução que ajudou a impulsionar. Para os *yeomen* ascendentes, a Revolução se apresentava como uma oportunidade para ampliarem suas propriedades e consolidarem seus direitos sobre as posses vitalícias e hereditárias. Para a *yeomanry* declinante, a Revolução significava a possibilidade de garantir seus direitos de exploração feudal da terra,

evitar o avanço das desapropriações, idealizando o universo das relações sociais em termos do equilíbrio prevalescente nos séculos medievais, um ideal conservador e, portanto, reacionário. Na esteira da pequena *yeomanry* aglutinavam-se os camponeses sem posses ou direitos, deserdados da fortuna, mão-de-obra marginal, representada pelos *cottagers* e *squatters*.

A *gentry*

Entre a aristocracia no topo e a *yeomanry* na base, instalava-se a *gentry*, categoria social extremamente difusa e cuja definição tem provocado as mais sérias polêmicas em torno da história social inglesa dos séculos XVI e XVII. Para tentarmos caracterizá-la é necessário distinguir a *gentry* do século XVI, tendencialmente aristocratizada, e a *gentry* do século XVII, uma nova *gentry*. Sua composição variada incluía estratos de diferentes classes sociais, pois integrava os filhos mais novos da aristocracia, dos cavalheiros, dos *squires* e dos *gentlemen*, portanto, elementos integrados numa sociedade estratificada a partir da posição, deveres, honras e privilégios, ao mesmo tempo que incluía as franjas superiores da *yeomanry*, que avançavam no sentido de libertar-se das restantes obrigações feudais, constituindo um grupo de pequenos agricultores capitalistas ambiciosos, conscientes de que não tinham reservas suficientes para correr grandes riscos, mas decididos a apro-

veitar todas as oportunidades para aumentar seus lucros e propriedades.

A denominação *gentry* tem de ser vista, portanto, não apenas em relação ao conceito estático que representa, mas, principalmente, numa perspectiva do processo histórico que leve em consideração o momento dado. A *gentry* não era apenas uma classe de proprietários agrícolas capitalistas em formação; era uma ideologia em expansão. A impulsão econômica do século XVI e XVII foi o elemento unificador desta camada social. Eram proprietários livres de suas terras, sequiosos pela expansão de seus domínios, que mantinham a mesma relação com os meios de produção na medida em que se definiam como produtores para o mercado capitalista. Classe possuidora de elevado tino empresarial e que pelo seu próprio estilo de vida, definido pela moral puritana, estava melhor adaptada para a sobrevivência numa época inflacionária do que a nobreza dissipadora. Z. S. Pach coloca de forma precisa a questão da *gentry*: "Pensamos que a nova nobreza, a *gentry* inglesa, recebia essencialmente sob a forma de renda o que antes lhe era devido sob a forma de direitos feudais. Dedicavam-se à venda de lã, do trigo e de outros bens, e expropriando os pequenos camponeses e rendeiros, iniciaram a exploração direta de sua propriedade" ("The development of feudal rent in Hungary in the fifteenth century", p. 1230).

Deixando à parte o problema da extração social e da relação da *gentry* com a estrutura produtiva, considerando-se apenas o padrão dos seus rendi-

mentos, poderíamos decompor a *gentry* em duas grandes camadas: a *rising gentry* (*gentry* ascendente) de Tawney e a *declinning gentry* (*gentry* declinante) de Trevor-Roper, também denominada *mere gentry*. Enquanto Trevor-Roper insiste que foi a pequena *gentry* ameaçada pela crise econômica, e que via diminuírem gradativamente seus rendimentos, que realizou a Revolução contra a corte renascentista que a achacava com seus impostos, Tawney deu maior ênfase ao papel da *gentry* enriquecida a busca de melhores oportunidades, numa estrutura política mais adequada aos seus interesses. No fundo, estas duas posições são convergentes, pois a *gentry* é a principal classe social no contexto das lutas políticas do século XVII; aquela que se apropriaria das vantagens econômicas e sociais delas decorrentes. Se a *gentry* é a nova classe capitalista, a partir de diferentes estratos sociais, torna-se mais importante vê-la como força social do que como força econômica, para valorizarmos as tendências do processo de mudanças, que, de resto, é o que importa captar.

A crise tende, pois, a radicalizar a clivagem social. Como diz L. Stone, temos, em "primeiro (lugar), uma polarização da sociedade em ricos e pobres; as classes altas se fizeram relativamente mais numerosas e seus rendimentos reais aumentaram; os pobres se tornaram relativamente mais numerosos e seus rendimentos reais diminuíram. Em segundo (lugar), havia uma maior igualdade entre as classes altas: ... a riqueza e o poder da alta *gentry* cresceu em relação ao da aristocracia; ... os membros dos

ofícios e profissões aumentaram em riqueza, em número e em *status* social em relação às classes dos proprietários rurais" ("Social...", pp. 28-29).

Apesar da pequena concentração urbana no alvorecer do século XVII, neste ambiente surgiram e se desenvolveram novas categorias sociais, todas elas com um papel ativo no contexto da Revolução. Em primeiro lugar, é necessário destacar a alta burguesia mercantil, estreitamente ligada à monarquia, pois dela dependia para receber seus contratos de exclusividade comercial e industrial. Eram os grandes contratadores dos monopólios cedidos ou vendidos pela Coroa, que acumulavam capitais inserindo-se nos poros da estrutura de comercialização. Eram também os membros das grandes companhias de comércio privilegiadas; aqueles que arrendavam ao Estado a arrecadação dos tributos públicos. A sua posição no contexto da guerra civil seria mais do que evidente: favoráveis à monarquia da qual se nutriam. Abaixo situavam-se os membros da média burguesia, elementos das guildas mercantis que detinham o controle do comércio local. Num mesmo pé de igualdade colocavam-se os mestres manufatureiros e os comerciantes manufatureiros, irmanados contra as restrições corporativas e desejosos de eliminar os obstáculos à livre expansão das atividades industriais. Obviamente, os componentes das corporações, mestres, oficiais, aprendizes, especialmente os primeiros, defendiam a situação vigente que lhes garantia o controle do mercado urbano. Na base desta escala social encontrava-se, principalmente nos grandes

mercados como Londres, um proletariado representado pelos jornaleiros — trabalhadores diaristas —, limitados na sua possibilidade de ascensão social pelas rígidas regras do regime corporativo e que, freqüentemente, em função das flutuações do mercado, engrossavam a massa de desempregados urbanos, o *lumpenproletariat*. Era muito cedo ainda para a grande oposição entre o capital e o trabalho. Neste momento, o conflito mais intenso era aquele que se dava entre a oligarquia de mercadores privilegiados, como os membros da *City* de Londres, e os produtores, geralmente, por causa da qualidade e dos preços das mercadorias. Ressentiam-se as camadas menos privilegiadas dos elevados preços dos produtos de primeira necessidade, em virtude dos monopólios dos grandes mercadores, o que os levou, no contexto da luta política, a engrossarem a oposição aos privilegiados e à própria monarquia que os sustentava. Além do mais, para as camadas instavelmente inseridas no processo produtivo, qualquer mudança política poderia significar uma nova possibilidade, quem sabe, uma reintegração.

Deste equacionamento social e de seus antagonismos resultam, segundo a nítida composição de C. Hill, "três classes em conflito. Contra os proprietários de terra feudais e parasitas e os financistas especuladores, contra o governo, cuja política consistia em limitar e controlar a expansão industrial, os interesses da nova classe social de comerciantes e agricultores capitalistas identificavam-se temporariamente com os dos pequenos camponeses e dos ar-

tesãos e artífices" (*The English Revolution*, p. 27).

A visualização mais ampla da questão impõe, entretanto, o equacionamento regional da estrutura social. Nas regiões *norte-oeste*, onde preponderava ainda a estrutura feudal da produção, a aristocracia e o alto clero anglicano foram capazes de mobilizar seus subordinados, pertencentes às camadas mais inferiores, os *yeomen*, para a defesa de seus interesses e da monarquia, sendo amplamente apoiados pela burguesia financeira. Nas regiões *sul-leste*, a *gentry* progressista mobilizou a *yeomanry*, os *cottagers*, os *squatters*, apoiados pela burguesia mercantil, artesãos, artífices e proletariado urbano, contando, inclusive, com o apoio da aristocracia integrada nas atividades de mercado. Nestes termos, a guerra civil não apresenta uma nítida clivagem social, com as classes integralmente alinhadas de um e de outro lado. Havia burgueses de ambos os lados; havia aristocratas de ambos os lados; havia *yeomen* de todos os lados. Mas é a *gentry* que dá o tônus da Revolução e seu posicionamento é claro: pelo Parlamento, contra a Monarquia. Foi esta classe que conduziu o processo revolucionário e, apesar de não aparecer diretamente nas rédeas do poder, foi ela quem dele se apropriou, como demonstram as ulteriores transformações decorrentes do processo revolucionário.

Revela-se assim, na crise social e política do século XVII, a estrutura mais íntima da sociedade da época moderna: sua extrema segmentação que potencializa o conflito social.

A ESTRUTURA POLÍTICA

A Revolução Inglesa representa, no plano político, a crise do Estado Absolutista na Inglaterra. Se partirmos de uma definição de Estado que leva em consideração o seu caráter quase absoluto, refletindo forças sociais particulares e representando grupos específicos de classes sociais, como propõem Barry Supple ("The State and the Industrial Revolution", p. 306), teríamos que o Estado absolutista poderia ser identificado com a burguesia, com a aristocracia, com o equilíbrio existente entre estas duas classes, com o interesse geral público. Porém, se o entendermos como uma condensação material de forças entre classes e frações de classes, na qual o Estado tem seu próprio espaço inscrito nas relações de classe, mais adequadamente passaríamos a entender o Estado Absolutista como a expressão do conflito social extremamente potencializado pela profunda segmentação social da época Moderna. É, portanto, esta natureza

perversa e contraditória da sociedade que instaura as específicas relações de poder que definem a natureza do Estado Absolutista. A história política inglesa neste período revela com nitidez estes traços.

O absolutismo Tudor

Durante a Baixa Idade Média, a posição da monarquia inglesa era bastante peculiar. Ao contrário da França, por exemplo, as relações suserano-vassálicas eram diretas e não indiretas. Isto equivale a dizer que os reis ingleses controlavam diretamente a totalidade da nobreza, não havendo dispersão do poder entre suseranos hierarquicamente sobrepostos. Esta peculiaridade se refletiu nas medidas unificadoras no campo monetário e a luta contra a autonomia judiciária dos tribunais eclesiásticos, já no século XII. Para o final da Idade Média, a Guerra dos Cem Anos e, principalmente, a Guerra das Duas Rosas, enfraqueceram a aristocracia ampliando a margem de capacidade operacional do Estado, alargando seu campo de ação. Sem atentarmos para alguns aspectos geográficos favoráveis, entre os quais a insularidade, que dava ao poder centralizado acesso marítimo à maior parte do Reino, foi a própria natureza da sociedade medieval inglesa que engendrou as condições do processo de fortalecimento do poder real.

Ao longo de toda a Idade Média houve uma constante oscilação no nível do poder, que se tornava

Propaganda de guerra: cavaleiros apresentados como heróis e cabeças redondas como saqueadores.

menos burocrático quando estava sob o controle da nobreza, nos momentos em que o Rei era mais frágil, invertendo-se nos momentos em que se fortalecia o poder real, quando se ampliava a força da casa real. Este ciclo foi rompido no século XVI com a dinastia Tudor. Com as reformas administrativas da década de 1530, a burocratização do governo conseguiu dar uma continuidade gerencial ao Estado, marca distintiva dos Estados modernos, mesmo nos momentos de maior conflito social. Tais mudancas foram realizadas sob a liderança de Thomas Cromwell, verificando-se então o que G. R. Elton denomina a "revolução administrativa", que dá nascimento ao moderno Estado inglês. Numerosas mudanças foram realizadas: uma nova forma de conduzir as finanças, a centralização da administração sob a tutela do primeiro-secretário, a organização do Conselho Privado como esfera de coordenação e racionalização da casa real. Concretamente, o Estado inglês aparelhava-se para empreender o processo de unificação do país, a integração das cidades inglesas, o desenvolvimento de Londres como capital cultural e econômica, a estabilidade e a paz interna conseguidas sem a manutenção de um exército permanente, o que significava impostos mais baixos e maior disponibilidade de recursos da sociedade para os investimentos produtivos, a eliminação de pedágios, uniformização de pesos, medidas, moedas, leis, territórios, a superação dos particularismos sobreviventes da Idade Média, especialmente, o poder local da aristocracia. No plano da política externa estimulou-se o avanço

sobre os impérios coloniais, numa luta aberta contra a Espanha; iniciou-se a luta contra o universalismo papal que se consolida no Ato de Supremacia, de 1559, que criava o Estado Anglicano na Inglaterra. "Estabilidade e paz interna, uma revolução administrativa mas uma burocracia pequena, uma rede nacional de mercados e o Rei como grande proprietário de terras: uma curiosa combinação que leva a Inglaterra ao extremo paradoxo de ser 'um país muito governado e com pouco governo'", segundo a expressão de G. E. Aylmer, *The King's servants*, p. 7.

A política governamental conciliava então múltiplos interesses, amenizando o conflito social. A aristocracia beneficiava-se da estabilidade política e social que eliminara os conflitos no seio da própria elite e contivera as rebeliões camponesas, beneficiando-se ainda do exercício de altos cargos públicos e das vendas de terras confiscadas à Igreja Católica. A nobreza empobrecida, em dificuldades econômicas, teve a oportunidade de refazer suas posses nos saques realizados no Novo Mundo e legitimados pelo Estado. A alta burguesia, beneficiária da monarquia, recebia os monopólios e os privilégios comerciais e industriais e a concessão de companhias privilegiadas. Artesãos e artífices tinham a garantia dos privilégios corporativos. Numerosas leis tentavam coibir os abusos dos cercamentos e seus efeitos despovoadores, procurando dar estabilidade ao corpo social.

O acerto desta política se revela no notável desenvolvimento econômico da segunda metade do

século XVI e à pouquíssima oposição que a monarquia encontrou no Parlamento, raras vezes convocado. Nem mesmo a Câmara Baixa, composta por representantes da *gentry*, tinha queixas a fazer. O Estado desempenhava corretamente o seu papel, o que não equivale dizer a eliminação total dos conflitos e das contradições. O próprio desenvolvimento, engendrado pela atuação eficiente do Estado, acabaria por agudizar as contradições sociais. O Estado, o maior proprietário de terras do país, vivia de suas rendas agrárias, mas dependia também dos impostos arrecadados sobre os proprietários rurais. Tentou-se solucionar esta contradição pela gradual ênfase nos impostos sobre a produção agrícola. Este procedimento contribuirá para a radicalização das posições políticas no início do século XVII. Os Tudors, portanto, tentaram postergar os conflitos sociais até conseguirem o fortalecimento do Estado e do aparelho de Estado, de forma que a Inglaterra pudesse ter a força necessária para suportar o explosivo, porém necessário, reajuste de forças sociais e políticas. Em resumo, "o período do absolutismo se abriu com a dissolução dos mosteiros, que economicamente pôs, de novo, a flutuar a classe dominante, reforçando-se a partir da base ao enriquecer novas famílias. Durante algum tempo, os terratenentes haviam tentado reconstruir seu poder econômico por meio dos cercamentos e elevação das suas rendas, porém tais medidas provocaram o mal-estar dos camponeses e fizeram necessário um governo central forte, capaz de reforçar politicamente o poder econômico e social

dos terratenentes. Isto sim, conduziu a monarquia absoluta a um dilema que nunca resolveu e que causou sua queda. Se deixava livres as mãos dos terratenentes enfrentava as revoltas camponesas, que poderiam destruir a classe dominante: se punha limites aos terratenentes e protegia os camponeses enfrentava a revolta da classe dominante, que poderia pôr em perigo a monarquia", nas palavras de Brian Manning (*The nobles, the people, and the Constitution*, p. 48). O consenso perdurou até a substituição dos Tudors pelos Stuarts. Nos inícios do século XVII, era profunda a inadequação entre a estrutura do Estado absolutista inglês e o novo momento histórico, representado pela recomposição das forças sociais, no contexto das transformações econômicas engendradas pelo próprio Estado absolutista, na centúria anterior.

As forças políticas e as convicções religiosas

As relações Igreja-Estado, Igreja-Sociedade, eram muito fortes na Idade Média. Havia nítida integração entre a hierarquia feudal, que consolidava o poder local, e os poderes universais, representados pelo Papado e Império, de tal forma que a persistência do localismo político condicionava e era condicionada pela sobrevivência do poder universal. O jogo de forças entre os poderes universais, por seu lado, era condição fundamental da permanência do

particularismo político e fator impeditivo da concentração nacional do poder.

Quando Henrique VIII rompeu com o catolicismo romano, deu início ao processo que culminaria na criação do Anglicanismo, a Igreja oficial da Inglaterra. Trata-se de uma forma compósita de credo religioso, no qual preservam-se os aspectos externos do catolicismo, isto é, a hierarquia episcopal, a liturgia, integrados à teologia calvinista, assentada na doutrina da predestinação. Em suma, preserva-se a forma católica, assumindo-se um conteúdo calvinista. A Igreja Anglicana transformou-se então num instrumento direto de poder do Estado. Os clérigos eram funcionários do Estado, cabendo ao Rei a indicação dos bispos. Os sermões pronunciados nas cerimônias religiosas eram, efetivamente, produzidos pelo poder político, sendo a mais importante forma de comunicação entre o Estado e seus súditos. Por isso, os bispos assumiram uma importância vital nas relações de poder e o arcebispo-primaz, de Canterbury, além de chefe da Igreja, diretamente submetido ao Rei, tinha notável participação nos eventos políticos e sociais.

Considerando-se a perfeita adequação entre a ética calvinista e o espírito capitalista, preponderante no seio da burguesia, torna-se fácil entender como o calvinismo havia penetrado profundamente nos estratos burgueses da sociedade inglesa. De fato, a ética calvinista estimulava o trabalho metódico, perseverante e ordenado, resultando, evidentemente, em processo de acumulação. A ênfase na frugalidade e

na sobriedade exortava à poupança, integrando-se, pois, dois elementos fundamentais no processo global de acumulação capitalista. Por outro lado, a aristocracia inglesa, na sua grande maioria, continuava a professar o catolicismo, que continuava a ser a bandeira da autonomia e do localismo político da nobreza.

Neste enquadramento, percebemos como a monarquia inglesa manipulou astutamente a política religiosa. Durante toda a extensão do século XVI, os Tudors enfatizaram no Anglicanismo o seu lado calvinista, isto é, deram maior força ao conteúdo do que à forma e o Anglicanismo era praticamente um tipo estranho de protestantismo. Tal comportamento aproximava a monarquia da burguesia, seus aliados neste momento, distanciando-a da aristocracia, seus mais ferrenhos inimigos políticos. A perseguição ao catolicismo se transformava, assim, numa perseguição direta aos membros da aristocracia. Legislar contra o catolicismo era legislar contra os interesses da nobreza. Revelava-se, pois, o lado mais sombrio da política religiosa dos reis ingleses.

No século XVII, com a emergência dos Stuarts, as condições para o conflito político estavam maduras. Lembramos que os Tudors haviam exercido na Inglaterra um poder absoluto de fato, mas não de direito, porque, desde o ano de 1215, quando da instituição da Carta Magna, os reis ingleses abdicaram de toda e qualquer possibilidade de virem a reivindicar o mesmo estatuto legítimo dos reis franceses, reis por direito divino. Se de fato os reis exer-

ciam o poder, de direito ele pertencia ao Parlamento. É bem verdade que durante todo o século XVI a monarquia exercia um papel correspondente aos interesses das classes sociais representadas na Câmara Baixa, especialmente, a *gentry*. Por esta razão jamais houve contestação. No século XVII as condições são bem diferentes. Os Tudors já haviam desempenhado o seu papel e a estrutura de poder para tanto montada representava agora um empecilho à continuidade do desenvolvimento econômico e do progresso social. Caracterizava-se, pois, uma inadequação entre a estrutura do poder e as bases econômicas e sociais. Nestes termos, o Parlamento, representando as chamadas forças progressistas da sociedade neste momento, procura transformar seu poder de direito num poder de fato, isto é, assumir efetivamente o poder que de direito lhe pertencia pela Carta Magna, mas que era exercido pela monarquia. Restava aos reis Stuarts a opção de transformar o poder de fato num poder de direito, isto é, correr no sentido de legitimar o poder dos reis, isto explica a preocupação com esta matéria por parte do primeiro rei Stuart, Jaime I.

Esta corrida pelo poder se desenvolve no campo da política religiosa e os diferentes projetos políticos e sociais que expressam diferentes ideologias explodem no campo da luta religiosa. No fundo, efetivamente, uma luta pelo poder, na qual a burguesia ascendente e a *gentry* procuravam identificar-se com o poder do Estado. Como poderia a monarquia legitimar o seu poder? A saída foi enfatizar a forma

católica do Anglicanismo, em detrimento do seu conteúdo calvinista. Isto é, legislar no sentido de fortalecer o lado ritualístico da religião, em detrimento da teologia. Através desta legislação religiosa, conduzida pelo detestado arcebispo Laud, objetivava-se ampliar o poder do Estado e, ao mesmo tempo, enquadrar as oposições, representadas pela burguesia e pela *gentry*, que professavam o calvinismo. Ao mesmo tempo que, dar ênfase à faceta católica do Anglicanismo, seria atrair o apoio dos redutos católicos, liderados pela nobreza.

Assiste-se, então, um processo de radicalização. Quando o Anglicanismo é orientado no sentido do catolicismo, os calvinistas radicalizam suas posições, aferram-se ainda mais aos princípios calvinistas, extremando-os de tal forma a se refugiarem no puritanismo. Os puritanos ou calvinistas dividem-se em duas seitas principais: os *presbiterianos* e os *independentes*, também chamados *sectários* ou *congregacionistas*. Os *presbiterianos*, calvinistas "puros", reivindicavam uma Igreja desligada do Estado, na qual os bispos não seriam nomeados pelo Rei, sendo cada Igreja, à semelhança da Igreja genebrina de Calvino, dirigida por um pastor escolhido pelos presbíteros. Os *independentes*, calvinistas "radicais", opunham-se a qualquer tipo de organização eclesiástica, devendo cada fiel ser o seu próprio pastor e, portanto, livre para pregar a palavra de Deus. Representavam, pois, os ideais de uma Igreja mais democrática, aspiração típica das camadas sociais mais baixas. No contexto da luta política que mais tarde se desenro-

laria, estas radicalizações se extremaram, dando origem a numerosas seitas: os Ranters, os Seekers, os Quakers, etc. Entende-se, agora, porque a Revolução Inglesa foi denominada Revolução Puritana. Denominação religiosa para uma luta essencialmente política.

A ideologia revolucionária

Qual era a ideologia dominante desta classe social? A ideologia dominante dos revolucionários era provida pelos mercadores e pela *gentry*, camadas estas, que nos campos, na cidade e no próprio Parlamento, mantinham a revolução em movimento e forneciam seus líderes. Esta ideologia compunha-se de dois elementos básicos, um secular e outro religioso, com uma considerável interpenetração entre os dois. O elemento secular relacionava-se à proteção da propriedade, do comércio e indústria e às "liberdades" do Parlamento, contra o enrigecimento do "despotismo" dos reis e de seus ministros, o Arcebispo Laud e o Conde de Strafford. Tais ideais originavam-se das antigas lutas sobre a Lei Comum e a Carta Magna, considerados bastiões do Parlamento contra os reclamos de Direito Divino por parte dos reis. A ideologia religiosa fundamentava-se nos ensinamentos de Lutero e Calvino, especialmente deste último, da forma como foram interpretados pelos líderes religiosos puritanos. Os puritanos consideraram-se ultrajados pelo comportamento do "despo-

tismo real", que ameaçava suas liberdades, e pelo comportamento "papista" e inovações do Arcebispo Laud. Isto explica por que Laud e Strafford eram vistos como agentes gêmeos do "papismo" e da "repressão". "Falando em termos gerais, poderíamos dizer que a ideologia dominante da Revolução, apesar de emanar em primeiro lugar dos mercadores e da *gentry*, bem como dos sermões do clero puritano, penetrou amplamente em meio a toda sorte de povo 'inferior' e 'médio' e tendia a transformar-se na ideologia de todos", segundo George Rudé, *Ideology and Popular Protest*, pp. 84-85.

A Câmara Estrelada sob a presidência do Arcebispo Laud serve-se das orelhas de Prynne, Burton e Bastwick, que haviam mandado cortar.

A EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA

Até aqui, procuramos estabelecer as condições estruturais que determinaram a Revolução Inglesa. Passamos agora à análise da conjuntura, isto é, à flutuação dos preços, moedas, importação, exportação, população, em suma, de todos os indicadores que revelam as condições imediatas de um sistema e que refletem, em última instância, o estado momentâneo das estruturas. O século XVI, por exemplo, foi um século de prosperidade, o que pode ser mensurado a partir da elevação vertiginosa dos preços, a chamada Revolução dos Preços, geralmente relacionada à entrada de metais preciosos originários das terras do Novo Mundo.

A crise geral do século XVII

No século XVII, contudo, a conjuntura sofre

uma drástica modificação, definindo-se um período de estagnação econômica. Seus limites cronológicos são difíceis de precisar, porque existem variações de país para país. Gaston Imbert delimita uma fase A (prosperidade) entre 1507 e 1635 e uma fase B (depressão) entre 1635 e 1722, num conjunto por ele denominado *Trend* (tendência) *Mercantilista*. Divergem os autores quanto ao início da crise, propondo-se as datas de 1590, 1620 e até mesmo 1650. O ponto máximo de inflexão, de acordo com R. Romano, está entre os anos de 1619 e 1622, quando teria ocorrido a primeira crise mundial da História do capitalismo. A retração econômica foi mais intensa nos países ibéricos, mais leve na França e ainda mais superficial na Holanda e na Inglaterra. Eric Hobsbawm, um dos primeiros autores a caracterizar a chamada *crise geral do século XVII*, constata a estagnação e mesmo declínio demográfico em vários países, diminuição no ritmo das atividades industriais, encolhimento do tráfico marítimo, redução nos dividendos das companhias mercantis, contração do movimento colonizador, tensões e conflitos sociais: as Frondas, a Revolução da Catalunha, a Revolução Napolitana, a guerra camponesa na Suíça, a revolta ucraniana, os movimentos insurrecionais na Rússia e a própria Revolução Inglesa de 1640, que teve início, exatamente, na data preferida por I. Wallerstein para determinar o momento mais agudo da crise.

Um dos sintomas mais evidentes da crise na Inglaterra foi a retração das exportações de têxteis, que atingiu o máximo em 1614 e, na década se-

guinte, passou por uma depressão sem paralelo. Este fato se explica pela retração no comércio ultramarino, que modificou os termos de intercâmbio, pois a valorização da moeda inglesa frente às moedas continentais criou um protecionismo indireto para as mercadorias estrangeiras, à medida que elevaram o preço das mercadorias inglesas e baixaram os preços respectivos de suas concorrentes, no mercado internacional. A diminuição das exportações e o aumento das importações se traduziram num fluxo monetário para o exterior, que desequilibrou a balança comercial e o conjunto da economia, extremamente dependente da estabilidade do meio circulante. Disto resultou um avanço dos holandeses no comércio inglês de importação; a exportação de têxteis para a Alemanha e leste da Europa foi contraída pela concorrência dos próprios holandeses e produções locais. Barry Supple, no seu livro *Commercial Crisis*, p. 135, comenta que o governo inglês tendeu a liberalizar os monopólios, na tentativa de redinamizar as atividades mercantis e industriais, sem muito êxito, pois, as pragas e as más colheitas de 1626 agravaram ainda mais a situação, caracterizando-se uma crise de superprodução industrial, que a Coroa não conseguiu remediar; conseguiu apenas agravar a crise de confiança mercantil. Se o descontentamento dos produtores era problemático, mais grave ainda era a falta de trabalho que poderia dar origem a sublevações sociais. A solução para o problema viria na criação das novas indústrias em substituição às antigas tecelagens, isto é, tecidos de lã produzidos com uma fibra mais longa, que se

constituíam numa novidade no mercado.

A crise econômica agravava o mal-estar social. A retração mercantil tendia a paralisar a produção industrial, cujos efeitos multiplicadores se irradiavam pelo campo. A relação entre a crise econômica e a crise social é evidente nas manifestações populares de 1640. Nestes termos, a Revolução de 1640 é, ao mesmo tempo, uma forma de manifestação da crise e a condição mesma de sua superação. Para que possamos entender este equacionamento, torna-se indispensável articular uma explicação para a crise.

A explicação estrutural da crise

Num artigo específico sobre o tema, "Y-a-t-il une crise au XVII siècle", I. Wallerstein faz reservas ao uso do termo crise para o século XVII, considerando que estávamos diante de um abrandamento no processo de crescimento econômico que tivera início no século XVI, uma fase de contração, muito importante na história do capitalismo porque elimina as empresas inadequadas, uma espécie de tomada de fôlego antes de reiniciar-se uma nova arrancada ascensional. Porém, a discussão mais importante do tema foi propiciada pelo debate na revista *Past and Present*, envolvendo Eric Hobsbawm, Trevor-Roper, Roland Mousnier, J. H. Elliot, reunidos pelo editor Trevor Aston no livro *Crisis in Europe 1560-1660*. Resumindo a posição destes autores naquilo que têm em comum, C. Hill destaca: "houve uma crise eco-

nômica e política em toda Europa central e ocidental durante o século XVII; as reações à crise assumiram formas diferentes em cada país; as condições peculiares de cada país devem ser analisadas em função das estruturas sociais e políticas, bem como das instituições religiosas; a ocorrência da crise nos Países Baixos e na Inglaterra, nos quais as revoluções políticas conduziram a significativas mudanças econômicas e sociais, foi decididamente diferente do que se verificou em outros países europeus, apesar de a França e Suécia colocarem-se numa posição intermediária" (*Crisis in Europe*, p. 3).

H. R. Trevor-Roper tem uma posição peculiar sobre este assunto. Afirma que não se verificou apenas uma crise constitucional, nem uma crise da produção econômica, mas, sobretudo, uma crise na relação entre a sociedade e o Estado, estreitamente vinculada à crise militar iniciada em 1618 com a Guerra dos 30 Anos. Eric Hobsbawm, contudo, formulou a explicação mais penetrante. Considera a crise do século XVII a última fase da transição da economia feudal para a economia capitalista, resultante do descompasso entre a estrutura largamente feudal da sociedade e a expansão do capital mercantil, que fora obrigado a se desenvolver nos estreitos limites determinados pela economia feudal. Por esta razão, toda vez que a expansão mercantil atingia estes limites, entrava em crise. Foi o que se verificou no século XVII, quando a produção capitalista se rearticula, procurando encontrar condições para a sua expansão. A. D. Lublinskaya retoma as posições

de Hobsbawm, para criticá-las, na seguinte linha de raciocínio: "combinada com a opinião de que não havia então barreiras para os aperfeiçoamentos técnicos... o autor (Hobsbawm) é obrigado a buscar as manifestações da crise e a causa mesma da redução das vendas no meio feudal circundante. Sem dúvida, o lento desenvolvimento do capitalismo em sua etapa manufatureira não é algo casual ou excessivamente dependente do meio feudal circundante, nem da redução dos mercados de venda, etc. Esta propriedade é inseparável da manufatura... e uma de suas particularidades mais típicas" (*La crisis del siglo XVIII y la sociedad del absolutismo*, p. 87).

As restrições de Lublinskaya, em nosso modo de entender, carecem de fundamento, quando pensamos o processo histórico de formação do capitalismo, pois a crise tem de ser pensada nos limites do século XVII, e mesmo de seus inícios, com algumas possibilidades de que tenha se iniciado já no final do século XVI, portanto, numa fase histórica em que a produção manufatureira dá seus primeiros passos, não se encontrando ainda difundida. A forma de produção dominante então baseava-se, principalmente, na cooperação simples de produtores independentes, a produção artesanal, ou, no limite, a produção de mestres manufatureiros. Estamos conscientes de que o problema não deve ser mensurado quantitativamente, pois o que importa, num dado momento, é o setor dinâmico qualitativamente diferenciado. No século XVIII, este setor é a manufatura, cujos entraves conduzem à maquinofatura,

mesmo não sendo ainda quantitativamente dominante. Porém, estas mesmas observações já não são válidas para os inícios do século XVII, quando um mínimo de massa manufatureira seria exigível para que produzisse um momento de estado crítico, que poderia gerar a crise do século XVII.

Retomando-se, portanto, o fulcro do raciocínio de Hobsbawm, mas recolocando-o numa perspectiva mais abrangente, teríamos que com a crise do feudalismo e a emergência de condições capitalistas de produção, revela-se a incompatibilidade decorrente da coexistência entre dois distintos modos de produção, um feudal, preponderante nas áreas rurais, e outro pré-capitalista, dominante nos centros urbanos mais avançados. Os impasses, daí resultantes, provocam a *crise de retração do século XIV* e a *crise de crescimento do século XV*, crise esta superada pela expansão comercial e marítima que dilata os estreitos limites do mercado europeu, solucionando a crise no nível da circulação das mercadorias e não no nível do modo de produção. A prosperidade do século XVI, evidente na Revolução dos Preços, demonstra o contorno temporário para a inadequação estrutural, que voltaria a se manifestar, de forma ainda mais intensa, no século XVII, tão logo os efeitos benéficos da expansão marítima tivessem se esgotado. A crise do século XVII foi, pois, uma crise estrutural, uma *crise de crescimento* decorrente das contradições do circuito circulação-produção, crise esta que se manifesta em todos os indicadores de conjuntura e, muito especialmente, nas agitações sociais. A Revolução

Inglesa se dá no bojo da crise; porém, ao se processar, ao definir-se como uma revolução burguesa, passaria à condição de elemento essencial para a superação da crise.

Cabeças redondas destruindo o altar de uma igreja, baixando uma pintura religiosa e retirando um crucifixo do lugar.

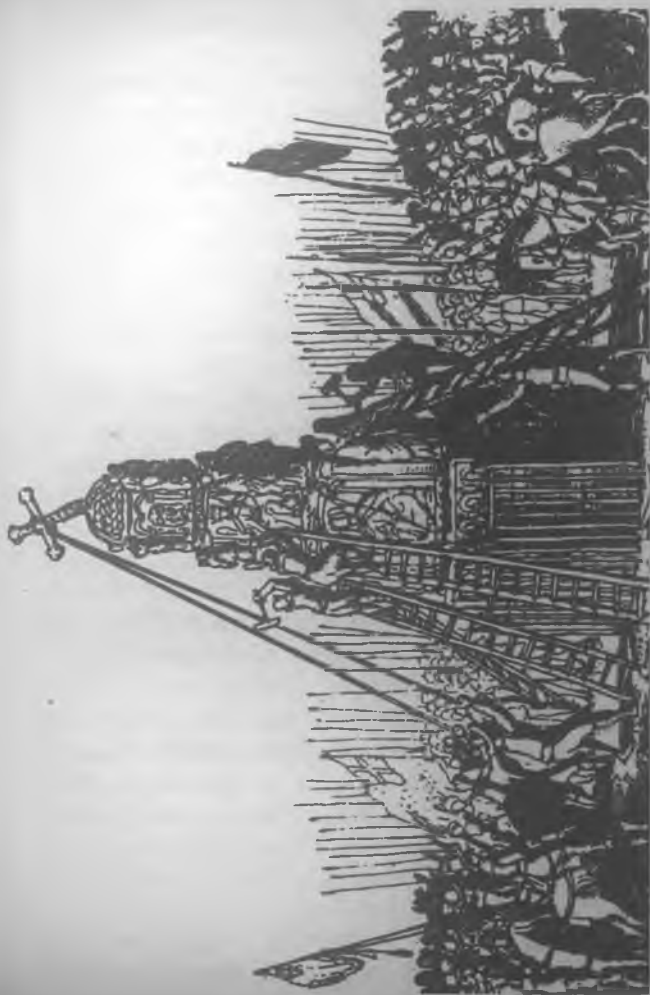
O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

Em 1603, Jaime Stuart, Rei da Escócia, assumiu o trono inglês em substituição a Elizabeth, última soberana da dinastia Tudor. Acusado pelos seus biógrafos de ser um estranho aos problemas ingleses, o Rei governava a partir do aparelho de Estado montado pelos Tudors. O Rei era assessorado pelo *Conselho Privado*, composto por nobres da sua confiança. As questões judiciárias laicas, relativas à alta traição e outros problemas não especificados pelo Direito Comum, eram julgadas pela *Câmara Estrelada*, a secção judiciária do Conselho. A política religiosa era conduzida pessoalmente pelo Arcebispo Laud e pelos tribunais eclesiásticos, que cuidavam das questões atinentes à religião, à disciplina social e à subversão, temas estes freqüentemente enquadrados através da repressão religiosa. Estes eram os tribunais da *Corte de Alta Comissão*. O Parlamento dividia-se em *Câmara dos Lordes*, composta pelos

nobres, e *Câmara dos Comuns*, composta por proprietários rurais, mesmo que de origem burguesa, eleitos nos vários condados ingleses. Nem todas as cidades tinham representação no Parlamento.

A sustentação financeira do Estado era o ponto vital do relacionamento Rei-Parlamento. Além dos recursos originários das propriedades reais, os monarcas Stuarts tentaram, sucessivamente, três formas para resolver seus problemas financeiros. Primeiro, a elevação dos impostos alfandegários, empréstimos forçados e novas taxas, que provocou a reação imediata do Parlamento, a quem cabia, tradicionalmente, a autorização da arrecadação e a determinação do seu valor. A segunda foi a criação de monopólios que recaíam sobre produtos estratégicos e de largo consumo, tais como carvão, alume, sabão, sal, arenque, cerveja, manteiga, etc., chegando ao extremo de tentar monopolizar as exportações dos tecidos de lã. Em terceiro lugar, a tentativa de aumentar os rendimentos pela restauração ou aumento de impostos provenientes de direitos feudais da Coroa.

A questão das relações exteriores emaranhava-se com os problemas religiosos. Durante a época dos Tudors a consolidação do protestantismo, na sua forma Anglicana, definiu-se por oposição ao Papa de Roma e, especialmente, à Espanha, culminando no episódio da Invencível Armada, em 1588. Com a ascensão de Jaime VI da Escócia, I da Inglaterra, em 1603, teve início a reorientação da política externa. Apesar de protestante convicto, Jaime I era filho da

Rainha Maria, da Escócia, que tinha sido a candidata papal ao trono da Inglaterra na época de Elizabeth. As desconfianças do povo inglês começaram a ganhar respaldo quando, um ano após a morte de Elizabeth, Jaime I aproximou-se dos espanhóis, dando lugar à Conferência de *Somerset House*, que estabelecia a paz entre a Inglaterra e a Espanha. Em 1618, quando teve início a Guerra dos 30 anos, ao invés de ajudar seu cunhado protestante afastado do trono do Palatinado, na Alemanha, enviou o Duque de Buckingham com o príncipe Carlos a Madri para pedir a mão da infanta espanhola. Carlos I, ao assumir em 1625, abandonou a política espanhola de Jaime I, casando-se com a princesa francesa e católica, Henriqueta, filha do Rei de França. Este alinhamento obriga-o a apoiar Luís XIII na tentativa de suprimir o reduto calvinista de La Rochelle. A oposição no Parlamento foi tão forte que chegaram a pedir a cabeça de Buckingham, articulador da diplomacia inglesa. Como resultado desta política exterior conciliadora, os ingleses assistiam o avanço dos espanhóis na Europa em detrimento dos protestantes, perderam-se grandes oportunidades de expansão no Novo Mundo, a Holanda monopolizou o tráfico marítimo, os tecidos ingleses foram desviados dos mercados alemães. Neste contexto de insatisfação com a política externa, com a política religiosa e com a política financeira, tem lugar a luta política entre o Parlamento e os Stuarts.

A 2 de maio de 1643, os puritanos em defesa do Parlamento e auxiliados por tropas, a pé e a cavalo, derrubam a famosa cruz medieval em Cheapside.

Tensões e conflitos pré-revolucionários

A partir de 1610 aceleram-se os antagonismos. Na tentativa de ampliar e consolidar as suas rendas, a Coroa ofereceu ao Parlamento o Grande Contrato, pelo qual abdicava de seus direitos feudais, sobre as propriedades, em troca de uma dotação anual, havendo discordância quanto ao valor a ser creditado a favor do Rei. Segue-se o desacordo em relação ao processo de colonização da Irlanda. A *Londonderry Company* tinha um projeto capitalista para conduzir a colonização, conservando os irlandeses como fonte barata de mão-de-obra. A monarquia, porém, levava em consideração a falta de terra para a pequena nobreza, pretendendo implantar na área de colonização pequenos proprietários, que ocupariam a terra e consolidariam a dominação inglesa. Em 1616, novo atrito, era o *Projeto Cockayne*, pelo qual a indústria de tecidos ficava sob o controle real, transformando-se este monopólio numa importantíssima fonte de renda para o Estado. A reação da burguesia mercantil, boicotando o projeto, levou-o ao fracasso.

Em 1625 assume Carlos I, que sob a inspiração do Duque de Buckingham casara-se com Henriqueta Maria e tomara posição contra os calvinistas franceses. Sir John Elliot, na Câmara dos Lordes, pediu a queda de Buckingham, tendo sido aprisionado, mas, sob a pressão do Parlamento, o Rei foi obrigado a soltá-lo. Carlos I dissolve o Parlamento e prepara-se para governar sem seu apoio. Tal política era exeqüível em tempo de paz, porém, em época de guerra

os recursos tinham que ser ampliados para convocar as tropas, considerando-se que, na Inglaterra, o exército não era permanente. Em 1628 Carlos I está em guerra contra a França, vendo-se na contigência de convocar nova reunião do Parlamento. Pelo condado de Cambridge foi eleito um cidadão com fama de incorruptível, Oliver Cromwell. Delineia-se com maior nitidez o ponto de fricção entre o Rei e o Parlamento. Este lhe impõe *Petição dos Direitos* (*Petition of Rights*). Era o ano de 1629 e, por este documento, o Parlamento exigia o controle do exército, isto é, de sua convocação e dispensa, e da política tributária. Carlos I assinou a petição com grande relutância e esperou que o Parlamento aprovasse os impostos sobre o comércio de lã e do couro, tradicionalmente aprovados pelo Parlamento até o fim do reinado, sendo, portanto, vitalícios. O Parlamento recusou-se a aprovar rendas fixas e vitalícias, desejando que a cada momento em que elas se fizessem necessárias, novamente, o Parlamento teria de ser convocado. Era uma forma de obrigar o Rei a convocar sistematicamente o Parlamento. O impasse foi solucionado com a dissolução do Parlamento, que somente voltaria a ser convocado 11 anos após, em 1640.

Carlos I definiu então seu governo pessoal, apoiado na *Câmara Estrelada*, no *Conselho do Norte* e de *Gales*, bem como em dois competentes assessores. Para a política religiosa o Arcebispo Laud; para a repressão política Sir Thomas Wentworth, Conde de Strafford, presidente do Conselho do Norte

e mais tarde governador da Irlanda, que a submeteu ferreamente, organizando um exército poderoso. A paz na relações exteriores facilitou o enrigecimento da política interna e a ação dos tribunais especiais, que condenaram Prynne a perder as orelhas, por ter escrito um panfleto sedicioso contra a rainha, e o espancamento de Lilburne, por distribuir literatura considerada subversiva. No plano financeiro, aproveitou a intensificação de ataques piratas às costas inglesas para cobrar o *ship money*, que a população em geral, leigos ou cléricos, deveriam pagar, fornecendo ao Estado um navio ou seu equivalente em dinheiro, expediente financeiro este que tinha sido adotado durante os reinados de Elizabeth e Jaime I. As condições de momento eram, porém, bem outras. John Hampden, um próspero cidadão, recusou-se a pagar a ínfima quantia de uma libra, não pelo seu significado econômico, mas por uma questão de princípio. O *ship money* não tinha sido autorizado pelo Parlamento. A situação era caótica. A maior parcela dos rendimentos decorrentes dos monopólios iam para os intermediários, constituindo-se num estorvo para o desenvolvimento econômico do país; o monopólio do sabão prejudicava a indústria da lã; o monopólio do sal a indústria do arenque seco; o monopólio do carvão agredia todas as indústrias; o monopólio dos gêneros de primeira necessidade, manteiga, arenque, sal, cerveja, sabão, prejudicava a todos e, especialmente, aos pobres. A tentativa da Coroa de atrair as baixas camadas camponesas, criando tribunais para julgar os grandes proprietá-

rios por cercamentos ilícitos, resultaram em nada pelas propinas distribuídas pelos ricos. Por tudo isso, a recusa de Hampden encontrou um ambiente propício para se difundir. Primo de Oliver Cromwell, John Hampden foi arrastado por diversas cortes entre 1634 e 1636, tendo sido absolvido pela pressão popular. Daí em diante, até 1640, generaliza-se a recusa ao pagamento de impostos.

Na sua política de valorização da beleza externa do culto religioso, Carlos I tentou impor o ritual anglicano à calvinista Escócia. Em 1639 um exército escocês invadiu o Norte da Inglaterra, após o pacto denominado *Convenant*, de 1638, pelo qual comprometiam-se a defender a Igreja Presbiteriana Livre da Escócia. O exército enviado por Carlos I acabou por se unir aos insurretos e reclamar o pagamento de seus soldos. Isto colocava a monarquia diante de uma falência iminente. Não restava outra alternativa a não ser reunir o Parlamento, que convocado em 1640 foi logo dissolvido, apenas três semanas após; este é o chamado *Parlamento Curto* (*Short Parliament*). Mas, em novembro, foi novamente reunido, o chamado *Parlamento Longo* (*Long Parliament*), que com algumas depurações permaneceu até 1653. Tinha início a Revolução Puritana de 1640.

O movimento revolucionário de 1640

A fase revolucionária iniciada em 1640, apresenta três momentos bem demarcados: 1640-1642,

da primeira reunião do *Longo Parlamento* até a eclosão da guerra civil; 1642-1649, correspondendo aos anos da guerra civil até a decapitação de Carlos I; 1649-1653, da morte de Carlos I, passando pelas convulsões políticas do exército, até o Protetorado de Cromwell.

Primeira fase

O Parlamento expressava, essencialmente, o universo político da pequena e média empresa, somado ao dos comerciantes ricos. As reivindicações fraudadas na *Petição dos Direitos* voltaram à tona. Agora, porém, com muito mais força e intensidade. Em reuniões sucessivas, as várias decisões do Parlamento punham por terra o Antigo Regime. Iniciou-se pela destruição da máquina burocrática que sustentava o Estado, abolindo a *Câmara Estrelada* e a *Corte de Alta Comissão*; os assessores mais importantes do Rei foram perseguidos, Laud foi aprisionado e o Duque de Strafford foi condenado à morte, apesar da relutância da *Câmara dos Lords* e do Rei em aprovarem a petição dos *Comuns*. O Rei foi proibido de manter um exército permanente; a política tributária passava para o controle do Parlamento; a política religiosa seria conduzida pelo Parlamento; pelo Ato Trienal, o Parlamento teria de ser convocado regularmente, ao menos de três em três anos, sem o que poderia haver uma autoconvocação.

Em 1641 o conflito tornou-se aberto. Sem Strafford, os irlandeses aproveitaram-se para afastar a

A

DOGS ELEGY,

OR

RVPERTS TEARS,

For the late Defeat given him at *Marſton-moore*, neer *York*, by the Three Renowned Generalls; *Alexander Earl of* Leven, *Generall of the Scottiſh Forces*, Fardinando *Lord* Fairefax, *and the Earle of* Mancheſter *Generalls of the* Engliſh *Forces in the North.*

Where his beloved Dog, named *BOY*, was killed by a Valliant Souldier, who had skill in *Necromancy*.

Likewiſe the ſtrange breed of this Shagg'd Cavalier, *whelp'd of a Malignant* Water-witch; *With all his Tricks, and Feats.*

Sad Cavaliers, Rupert invites you all
That doe ſurvive, to his Dogs Funerall.
Cloſe-mourners are the Witch, Pope, & devill,
That much lament yo'r late befallen evill.

Printed at *London*, for *G. B.* July 27. 1644.

Os cabeças redondas tinham a firme convicção de que o cachorro, poodle, Boy, do príncipe Rupert, comandante das forças realistas, encarnava o espírito do mal. Este panfleto satiriza sua morte em Marston Moor.

dominação inglesa. O Parlamento aprestou-se para enviar tropas para subjugar a rebelião, mas negou-se peremptoriamente a conceder o comando do exército ao Rei, como seria usual. Neste momento, as cisões dentro do Parlamento já eram evidentes. C. Hill resume magistralmente este momento da Revolução: "Para a maior parte da aristocracia e da pequena e média nobreza conservadora, a política dos líderes da Câmara dos Comuns e, especialmente, seus apelos à opinião pública, pareciam conduzir a um colapso da ordem social, garantia da sua posição dominante, o que fez com que, gradualmente, voltassem a apoiar o Rei. Em todo o país, a divisão acompanhava vastas linhas de classe. A classe proprietária de terras estava dividida e muitos dos seus membros atemorizados pelos motins que os cercamentos e as expropriações causavam e pelas ameaças de uma revolta camponesa, idêntica à que abalara os Midlands em 1607; o setor progressista da pequena e média nobreza e da burguesia confiava na sua força para dominar a tempestade. Em Londres, enquanto os monopolistas e a oligarquia dominante apoiavam a corte, de onde os seus lucros provinham, a maior parte dos mercadores, artesãos e aprendizes davam apoio ativo ao partido mais evoluído no Parlamento, fazendo-o avançar pela via revolucionária" (*The English Revolution 1640*, p. 41).

Apelando para a massa, constituída por artífices e aprendizes, muito mais do que criados, mendigos ou marginais, denominados pelos contemporâneos *rude rabble*, os principais líderes da *Câmara dos*

Comuns, Hampden e Pym, redigiram uma violenta acusação contra o governo de Carlos I, numa reunião dos chefes revolucionários, que culminou na elaboração da *Grand Remonstrance*. Este posicionamento radical acirrou a divisão no Parlamento. O grupo mais conservador defendia a preservação da hierarquia eclesiástica e considerava que a fragmentação do poder real, além deste ponto, poderia ser excessivamente perigosa. A alta burguesia, que pretendia uma monarquia reformada de acordo com seus interesses, passava a temer a impetuosidade das massas. Aproveitando-se desta cisão, pois de fato entre os Lordes e os anglicanos já se articulava um partido favorável ao Rei, a 3 de janeiro de 1642, Carlos I, pessoalmente, apresentou-se ao Parlamento e exigiu a prisão de cinco revolucionários, entre os quais Pym e Hampden, que antecipadamente avisados haviam se retirado do Parlamento, que convocou as milícias urbanas para defendêr-se. O Rei reuniu seus partidários e retirou-se para Oxford, a partir de então seu quartel-general.

Segunda fase

Tinha início a segunda fase da Revolução, a fase terrível da Guerra Civil, defrontando-se os realistas, também chamados "cavaleiros", contra os puritanos, também designados "cabeças redondas", por causa do cabelo cortado rente. Imediatamente, em vários condados, eclodiram rebeliões populares, invocando o nome do Parlamento contra os "papis-

tas". Eram principalmente camponeses, que mesmo nos movimentos insurrecionais urbanos tiveram notável participação, deslocando-se das comunidades rurais para os centros urbanos, armados com seus próprios instrumentos de trabalho. No sul do país, os camponeses aproveitaram-se da eclosão do conflito para invadir os parques exclusivos de caça da nobreza e recusar-se a pagar as rendas da terra. Porém, a atuação camponesa arrefeceu com a necessidade de voltar ao trabalho no campo.

O início da guerra foi desastroso para as milícias arregimentadas pelo Parlamento, pois não eram tropas profissionais e, portanto, pouco adestradas no uso das armas. Por outro lado, os cavaleiros eram guerreiros profissionais e quase tomaram Londres partindo de Oxford, tendo interrompido sua avançada na batalha decisiva de Hodge Hill.

Coube a Oliver Cromwell, um puritano que tentara ir para a América do Norte em 1634, tendo sido impedido por ordens do próprio Rei Carlos I, que não desejava ver o Reino esvaziar-se de seus súditos criar o *Novo Modelo do Exército* (*New Model Army*), constituído de forma revolucionária, pois a ascensão não se fazia por nascimento e sim por merecimento, estimulando entre os próprios homens a livre discussão, o que, flagrantemente, contrariava as elites do exército revolucionário. No plano local e nacional, organizaram-se vários *Comitês*, para substituir a antiga burocracia real, nas regiões que se encontravam sob o domínio do Parlamento. Em Marston Moor, em 1644 e, finalmente,

em Naseby, em 1645, os liderados de Cromwell derrotaram os comandos do Príncipe Rupert, que liderava as tropas realistas. Terminava a guerra civil e tinha início o jogo entre as forças políticas gestadas no decurso da Revolução.

No ano de 1646, o comandante Lorde Fairfax, em nome do Parlamento, toma a cidade de Oxford, obrigando o Rei Carlos a fugir para a Escócia. Aproveitaram, então os escoceses a oportunidade para receber a indenização, que há muito exigiam, pela mobilização das tropas que invadiram a Inglaterra em 1639, cedendo em troca o Rei ao Parlamento. Os setores mais conservadores do Parlamento, os presbiteranos, passam a tramar junto ao Rei, pretendendo livrar-se do exército, enviando-o para conquistar a Irlanda, sem pagamento de seus soldos. Antecipando-se à trama sórdida que então se urdia, os baixos escalões do exército conduzidos por um partido político que havia surgido em Londres, representando os ideais dos pequenos produtores, os *Levellers* (Niveladores), assim denominados porque alguns de seus líderes defendiam a igualdade da propriedade, deram início à agitação, recusando-se à desmobilização do exército até que fossem atendidas as suas reivindicações. Muito bem organizados e integrados no exército, com mecanismo sistemático de arrecadação de fundos, contatos com os meios urbanos e com a Armada, possuindo sua própria tipografia, este movimento cresceu, contando mesmo com o apoio receoso dos *grandes* do exército, a elite militar ligada às camadas sociais superiores, cuja principal

preocupação era moderar o projeto político dos *Levellers*. O exército passa a ser então um poder rival do Parlamento, criando-se um tripé: Parlamento, Exército e Rei. Em 1647, o exército aprisiona o Rei com a finalidade de impedir um acordo com o setor presbiteriano do Parlamento. Organizam-se os Comitês no exército que determinaram a criação do *Conselho do Exército*, um conselho político, no qual sentavam-se em condições de igualdade oficiais e soldados eleitos. Com a prisão do Rei, os *independentes*, liderados por Cromwell, tinham o controle da situação, mas não conseguiram impedir a onda democratizante que varria o exército. Os *Levellers* tinham um projeto político avançado para a época, que foi apresentado em Putney em 1647, o chamado *Agreement of the People*, no qual seu líder Lillburne, rejeitando as idéias coletivistas, propunha o comércio livre para os pequenos produtores; a extinção dos monopólios; a separação entre a Igreja e o Estado; a abolição dos dízimos eclesiásticos, com indenização; a proteção à pequena propriedade; a reforma da lei dos débitos, proibindo-se o aprisionamento por dívida; o sufrágio universal masculino, proposta radical do Coronel Rainborowe, amenizado pelo grupo de Lillburne para voto familial, com exclusão dos criados, pedintes e assalariados. Propunham também o fim do cercamento dos *open fields* e das *common lands*, com o evidente propósito de atrair a simpatia dos pequenos proprietários, dando ao seu projeto político um amplo espectro social e, apesar de não se dirigir à classe dos pobres sem proprieda-

des, o projeto dos *Niveladores* ficava bem perto de suas aspirações.

Em novembro de 1647, os Niveladores tentaram assumir o controle do exército. O golpe foi frustrado pela ação dos Grandes que extinguiram o *Conselho do Exército*, liquidando as aspirações democratizantes na estrutura militar. Neste exato momento o Rei, aproveitando-se da oportunidade decorrente das fissuras no exército, fugiu da prisão, reorganizando a contra-revolução. Foi o quanto bastou para que o exército voltasse a se unificar sob a liderança de Cromwell, vencendo esta segunda e rápida guerra civil, derrotando os realistas em Maidstone e Colchester. Realizou-se então o expurgo do Parlamento de todos os elementos favoráveis ao compromisso com o Rei, expulsando-se mais de 100 realistas, na sua grande maioria presbiterianos. Esta tarefa foi levada a cabo pelo Coronel Purge, criando-se então o chamado *Parlamento "Toco"* (*Rump Parliament*).

Consciente do perigo representado pelo Rei, em constante ameaça de restauração, o Exército força o julgamento e a condenação do Rei pelo Parlamento depurado. No dia 30 de janeiro de 1649, Carlos I foi decapitado. A 6 de fevereiro a Câmara dos Lordes foi abolida. No dia seguinte a *Câmara dos Comuns* emitiu este comunicado: "Ficou provado pela experiência que a função do Rei neste país é inútil, onerosa e um perigo para a liberdade, a segurança e o bem-estar do povo; por isso, de hoje em diante, tal função fica abolida". Em 19 de maio do mesmo ano a Repú-

blica foi proclamada, iniciando-se a fase da *Commonwealth*.

Terceira fase

O terceiro período da Revolução Inglesa é marcado pelas agitações políticas e sociais. A jovem República está ameaçada por todos os lados. Não pode convocar eleicões, pois os realistas, presbiterianos e anglicanos, certamente, venceriam. Na Irlanda, aproveitando-se do caos reinante, começa a rebelião contra os ingleses. Os realistas emigrados conspiram na Escócia e Holanda. Dentro do próprio exército os *Nivelados* agitam a bandeira da rebelião, pretendendo realizar a Segunda Revolução; a Revolução dentro da Revolução. Em Burford, onde se reuniram em 1649, no mês de maio, os principais líderes dos *Niveladores* agitam a bandeira da rebelião, pretennuma ação liderada por Cromwell e conduzida pelos *Grandes* do exército. Estava eliminado o movimento mais democrático gerado pela Revolução Inglesa. Seu fracasso é atribuído por C. Hill ao seu ideal, assentado numa utopia de pequenos produtores, no domínio econômico, e uma democracia pequeno-burguesa, no nível político. Essa pequena burguesia era uma classe instável e de difícil organização pela sua extrema dependência ideológica em relação à grande burguesia e pelo acelerado processo de estratificação, ainda mais acentuado nestes anos de guerra civil, através do qual os estratos superiores da pequena burguesia ascendiam em direção à alta burguesia e à

O Conselho Geral do Exército reunido em 1647 sob a presidência de Fairfax. Possivelmente os representados com a cabeça coberta sejam oficiais do Exército e os descobertos os agitadores levellers.

pequena nobreza, enquanto as camadas inferiores afundavam em direção à camada dos expropriados da terra. Neste contexto, a pequena burguesia ascendente tende a se identificar ideologicamente com a alta burguesia e a *gentry* proprietária, passando a defender os cercamentos e a transformação dos pequenos proprietários rurais em trabalhadores assalariados, produzindo para o mercado. O desalento e a insatisfação, que caracterizam os setores inferiores da pequena burguesia, deram origem ao movimento dos *Diggers* ou *True Levellers* (Escavadores ou Verdadeiros Niveladores). Este movimento era constituído, principalmente, pelo proletariado rural expropriado. Seu ideal era uma utopia baseada no comunismo agrário. Baseavam-se no pressuposto de que as terras outrora pertencentes ao Estado, ao Clero e à Aristocracia, agora sem donos, lhes pertenciam por direito. A primeira tentativa de efetivar suas propostas ocorreu no Condado de Surrey, em St. Georg's Hill, no mês de abril de 1649. Nos próximos dois anos, sucederam-se mais 12 colônias dos *Escavadores* na região sul e central da Inglaterra. Seu grande líder, Gerrard Winstanley, imaginava uma cooperativa comunitária, na qual todos os bens seriam possuídos em comum. Tais propostas, contudo, preocupavam os pequenos proprietários, os *yeomen*, a *gentry* e a pequena burguesia urbana, que os Niveladores representavam. Esta oposição aliada ao pacifismo pregado pelos líderes dos Escavadores, facilitou a ação das tropas que desarticularam o movimento em Surrey, no mesmo ano de 1649.

Se o movimento mais democrático surgido no processo revolucionário, os Niveladores, não tinha a intenção de "virar o mundo de cabeça para baixo", para usar a expressão de C. Hill no seu magnífico estudo *The World Turned Upside Down*, coube aos deserdados da fortuna, criados, mendigos, proletários, *cottagers*, *squatters*, Niveladores e Escavadores frustrados, integrados nas seitas radicais, realizarem esta tentativa, muito especialmente os *Ranters*, os *Seekers* e os *Quakers*, que florescem nos anos 1650, após o silenciamento dos Niveladores. Todas as seitas tinham em comum a rejeição do pecado e do inferno, e a ética protestante, que era central nos ensinamentos calvinistas. Os *Ranters* formavam o grupo mais extremista, chegando a rejeitar a Deus e a imortalidade. Pregavam uma relativa liberdade sexual, extremamente avançada para os meados do século XVII, pregando mesmo o pecado como uma forma de libertação. Recrutados principalmente entre os jovens aprendizes de Londres, chegavam a condenar os ricos em suas pregações. Para alguns autores, os *Ranters* tinham uma postura "proletária". C. Hill sugere que os *Ranters* e os *Seekers* tinham uma mensagem específica para os aprendizes dos ofícios urbanos, ressentidos com o excesso de autoritarismo das corporações.

Tão logo o movimento dos Niveladores fora debelado em 1649, Cromwell partiu para a Irlanda a fim de dominar a insurreição, deixando o governo nas mãos de um Conselho de Estado provisório. Em 1650 o filho de Carlos I desembarcou na Inglaterra à

frente de um exército escocês, tendo sido vencido por Cromwell no ano seguinte. O poder do novo líder republicano era tão tirânico quanto o da antiga monarquia. A 20 de abril de 1653 é dissolvido o Longo Parlamento, constituindo-se uma Assembléia composta pelos partidários de Cromwell, incumbida de preparar uma nova Constituição (*Barebone Parliament*), e que dá a Cromwell o título de *Lord Protetor*. A nova Constituição propunha ensino gratuito, liberdade de imprensa, voto secreto, voto feminino, porém censitário e um único Parlamento para a Irlanda, Escócia e Inglaterra. Com base nos dispositivos da nova Constituição, que determinava um limite mínimo de 200 libras de renda para o exercício do poder político, é eleito um novo Parlamento, logo dissolvido por seu posicionamento identificado com os interesses da pequena burguesia e os choques, daí resultantes, com o exército.

No período que se segue, de 1653 a 1658, sob pressão dos grandes comerciantes de Londres, o exército é desmobilizado, porque exigia grandes recursos para sua manutenção e pela necessidade de despolitizá-lo. Por esta razão os contingentes politicamente mais ativos são enviados para as guerras na Irlanda, Jamaica e Flandres. Em 1657 novo Parlamento foi convocado e uma Constituição (*Humble Petition and Advice*) determinava a substituição do Conselho do Exército por um Conselho constituído por membros do Parlamento, que passava também a controlar as finanças do exército, submetendo o próprio Lord Protetor, a quem foi oferecida, mas recusada por ele,

a realeza. Em 1658, a 3 de setembro, Cromwell morreu de "febre", tendo encarnado, vivamente, o ideal dos pequenos proprietários rurais.

A restauração e o movimento de 1688

Richard Cromwell não tinha a mesma eficiência política e militar de seu pai. Eram decorridos apenas 18 meses da morte de Cromwell, quando uma revolta palaciana, liderada pelos principais chefes militares e de comum acordo com o Parlamento, o depôs. O General Monck, ex-realista, que governava a Escócia e se dedicara ao trabalho de depurar o exército de seus elementos mais politizados, apoiado financeiramente pela pequena nobreza escocesa, contando ainda com a conivência de todos os setores mais conservadores, amedrontados pela ação política dos radicais no tempo da República e, por isso mesmo, desejosos de voltar ao regime monárquico e o que ele representava em termos de estabilidade política e tranqüilidade social, restaurou a Monarquia, na pessoa de Carlos II, que se submeteu a toda legislação limitativa do poder absoluto dos reis, produzida no período de 1640 a 1660. A pá de cal na República e tudo o que ela representava, no sentido das aspirações mais democráticas, foi simbolicamente representada por um ato: Cromwell, que tinha sido enterrado na capela de Westminster, o Coronel Ireton, seu cunhado, e Bradshaw, que presidira o julgamento do Rei Carlos I, foram desenterrados, enfor-

cados e decapitados. A restauração da Monarquia exigia a destruição da memória dos regicidas.

Carlos III governou durante 18 anos com o mesmo Parlamento, submetendo-se a todas as imposições. Seu irmão, Jaime II, porém, comportou-se de modo bem diferente. Tentou reeditar o comportamento absolutista de seu pai, favorecendo os católicos, apoiando a reconstituição dos bens da aristocracia, sendo afastado por um novo golpe de Estado, urdido no próprio Palácio, a denominada "Revolução Gloriosa", de 1688. Não se tratava, contudo, de uma verdadeira revolução. Tratava-se, isso sim, de um complemento da Revolução de 1640, pois com ela, ou mais especialmente com a *Declaração dos Direitos* (*Bill of Rights*), de 1689, consolidava-se o Estado burguês criado pela Revolução anterior. Era uma "Revolução Gloriosa", porque não apresentou as convulsões sociais, as radicalizações extremistas e democratizantes que marcaram indelevelmente o movimento anterior. Em suma, uma Revolução sem sangue.

AS GRANDES TRANSFORMAÇÕES

A Revolução Inglesa de 1640 transformou a estrutura política, social e econômica da Inglaterra. Destruiu o antigo aparelho de Estado, impondo limites ao poder real, submetendo-o ao poder do Parlamento, destruindo o *Conselho Privado*, a *Câmara Estrelada*, o *Tribunal de Alta Comissão* e os poderes locais de decisão baseados nos Juízes de Paz. Eliminou a autonomia financeira do poder real, confiscando-lhe as propriedades e transformando o próprio conceito de propriedade, surgindo a noção de propriedade individual e absoluta, baseada na noção de maior interesse, atribuída à pessoa que detinha a propriedade, destruindo virtualmente a identificação entre propriedade real e propriedade pessoal.

O poder mudou de mãos. Ele, que fora exercido até 1640 pelo Rei em termos pessoais e pela aristocracia por delegação, agora passava aos domínios da pequena nobreza rural, a *gentry*, identificada com a

burguesia mercantil. Efetivamente, se a Revolução de 1640 colocou as bases do predomínio político da burguesia, sem dúvida não lhe deu o poder diretamente, pois o predomínio econômico da burguesia se desenvolveu, a princípio, sob o domínio político da nobreza proprietária, para mais tarde a burguesia atingir o poder sob a hegemonia da nobreza e, finalmente, chegar à hegemonia do bloco do poder após 1832. O Parlamento "concentra por excelência o poder da fração hegemônica do bloco no poder, porque ele consegue igualmente, e ao mesmo tempo, concentrar em si o papel político-ideológico do Estado com relação às classes dominadas" (Nicos Poulantzas, *O Estado em Crise*, p. 27).

No plano ideológico a Revolução Inglesa abriu espaço para um novo comportamento político dos puritanos, a emergência do liberalismo, a afirmação do individualismo e da teoria do contrato. Pela primeira vez, num processo revolucionário, a burguesia tinha assumido o poder e implantado seu projeto político, derrubando pela força o poder constituído, com o indispensável apoio das massas rurais e urbanas, que se fizeram presentes nos momentos mais agudos deste processo revolucionário.

Em termos sociais, tivemos a transformação da antiga aristocracia, cujos bens foram confiscados ou severamente taxados, de tal forma que tiveram de alienar parte de suas propriedades para conservarem uma pequena porção. O desenvolvimento econômico arrastou a antiga nobreza feudal a produzir para o mercado, um mercado sensivelmente ampliado no

plano interno pela incorporação definitiva da Escócia e da Irlanda, o que efetivamente transforma seus horizontes mentais. O antigo clero anglicano, de tão fundamental importância para a sustentação do absolutismo, foi privado de seus bens e, portanto, de sua autonomia. A reconstituição da hierarquia anglicana é uma vitória dos presbiterianos contra o movimento anárquico das seitas radicais, porém, é um clero submetido ao Parlamento, funcionário do Estado. As terras colocadas à venda no mercado ou simplesmente hipotecadas expandiram os horizontes econômicos da *gentry*, que poderia se locupletar ainda mais com a liberação dos cercamentos. Este processo, contudo, não se faria sem perdas enormes em termos de bens e de posição social para a antiga *yeomanry*, a classe que efetivamente fez a Revolução e que foi por ela destruída. As leis de 1646, que aboliam os direitos feudais, davam aos nobres proprietários direitos de propriedade individual sobre suas posses, mas as leis de 1660 e 1677 impediam aos *copyholders* e aos *freeholders* o direito de confirmar suas propriedades, representando uma verdadeira expropriação. Somem-se a isto os efeitos dos cercamentos e entendemos o desaparecimento da classe dos *yeomen*, mecanismo que redunda em proletarização das relações de produção nos campos ingleses.

No plano econômico a grande transformação se deu na estrutura agrária. O antigo protecionismo dispensado pelos reis aos camponeses, impedindo os cercamentos, caiu por terra. Foram cercados os *open*

fields e as *common lands*, criando-se grandes propriedades nas quais se faziam investimentos capitalistas, proletarizando as relações de trabalho no campo, intensificando a divisão social da produção, dinamizando os procedimentos técnicos. Este processo rompe a famosa dualidade camponesa, isto é, a identificação entre o trabalho artesanal, realizado nos campos, e o trabalho agrícola. A especialização do trabalhador na agricultura limita a oferta de mão de-obra para o artesanato e a manufatura, constrangendo a oferta de produtos e determinando, em última instância, a necessidade de mudança no modo de produção. Com a transformação na estrutura agrária rompe-se o bloqueio estrutural, imanente desde o primeiro momento da crise do sistema feudal e a emergência do sistema capitalista, que resultara na crise de crescimento do século XVII, destravando as forças produtivas rumo à industrialização do século XVIII.

Se a transformação da estrutura agrária representava o interesse da *gentry* proprietária e sequiosa por terras, os interesses da burguesia mercantil foram atendidos, na medida em que os privilégios corporativos foram abolidos, criando condições para a expansão das atividades industriais nos centros urbanos dominados pelas corporações. A eliminação das companhias privilegiadas, a não ser no caso excepcional da Companhia das Índias Orientais, inaugurava os princípios da liberdade de acesso às riquezas do mercado exterior a todos os detentores de capital. Exatamente neste ponto, o mercado exterior, se vis-

lumbra o sentido social mais profundo da Revolução Inglesa. Com o *Ato de Navegação* de Cromwell, de 1651 — e de todos os outros Atos que o seguiram —, tinha início uma agressiva política de conquista do mercado externo. Destinada, inicialmente, a combater os holandeses, sua finalidade revelou-se bem mais ampla, em termos de política econômica global. Acompanhado por uma diplomacia eficiente combinada com guerras de conquista, os ingleses concluíram um verdadeiro assalto aos mercados mundiais e, especialmente, coloniais. A rápida expansão da demanda no mercado externo coincidia com a maior restrição no nível da produção interna, em virtude da ruptura da dualidade camponesa, impondo a transformação da estrutura técnica da produção para atender às impulsões do mercado mundial, resultando a longo prazo na Revolução Industrial.

Finalmente, a Revolução Inglesa é o resultado da ação política de uma nova classe social, uma classe burguesa, pela sua identificação com a produção para o mercado. Não foi, simplesmente, a decorrência imediata da falência da aristocracia; nem a crise do Estado absolutista frente à pequena nobreza, a *gentry*, empobrecida; nem mesmo o corte verticalizado que cindiu a sociedade de alto a baixo, separando a Corte e o País. Seu caráter de revolução burguesa, contudo, não se evidencia tão-somente no fato de que uma classe agrária capitalista, associada a setores mercantis urbanos, passasse a exercer, em última instância, o poder, após a destruição do aparelho de Estado legado pelos Stuarts; mas, e sobre-

tudo, pelo que ela criou, isto é, condições plenas para o avanço das forças produtivas capitalistas na Inglaterra, sendo, deste ponto de vista, a *Grande Revolução Burguesa* da civilização ocidental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A melhor síntese historiográfica, atualmente à disposição, com um enfoque sumário mas objetivo das várias linhas de interpretação da Revolução Inglesa, desde os próprios contemporâneos, até as modernas visões desse tema, encontra-se em Robert Richardson, *The Debate on the English Revolution*, Methuen, Londres, 1977.

Para a visão liberal e conservadora da Revolução Inglesa, que dá continuidade à tradição historiográfica do século XIX, entendendo a Revolução em termos essencialmente constitucionais, esvaziada dos seus aspectos econômicos e sociais, resumida a uma luta de partidos lembramos o texto de G. M. Trevelyan, *English Revolution 1688-1689*, Oxford University Press, Oxford, 1979 (1ª edição, 1938).

O enfoque social e econômico da Revolução teve em Richard Tawney seu precursor. Formulou a hipótese do descompasso entre a realidade econômica e a estrutura política. Demonstrou a crise dos pequenos produtores

arrasados pela expansão do capitalismo no campo. Deu ênfase ao declínio relativo da aristocracia, num período de depressão monetária, e à ascensão de uma nova classe, a *gentry*, enriquecida pelas novas oportunidades surgidas com a economia de mercado. Dois textos são importantes: *The Agrarian Problem in the Sixteenth Century*, Longmans, Nova Iorque, 1912 e "The rise of the gentry, 1558-1640", *The Economic History Review*, XI, 1941.

A primeira vertente das pesquisas de Tawney, que enfatizava o papel desempenhado pela crise da aristocracia, foi apanhada por Lawrence Stone. Insiste que o papel de relevo deve ser atribuído à alienação de amplos setores da nobreza em relação às instituições políticas e religiosas vigentes, possibilitando o colapso do governo de Carlos I, por deixá-lo numa posição perigosa, exposto à sanha de seus inimigos. O texto fundamental é *The Crisis of the Aristocracy, 1558-1641*, Oxford University Press, 1966. Mais atualizado *The Causes of the English Revolution 1529-1641*, Harper Torchbooks, Nova Iorque, 1972. Um resumo desse texto encontra-se em *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna*, organizado por J. H. Elliot, Alianza Universidad, Madri, 1972.

A segunda vertente haurida nos trabalhos de Tawney, que salientava o papel da *gentry*, especialmente da *mere gentry*, classe de pequenos produtores cujas rendas eram drenadas pela inflação, foi radicalizada por H. R. Trevor-Roper, em dois estudos clássicos "The Elizabethan Aristocracy: An Anatomy Anatomized", *The Economic History Review*, second series, III, 3, 1951 e "The Gentry, 1540-1640", *The Economic History Review*, Suplemento I, 1953.

A primeira interpretação propriamente marxista da Revolução Inglesa está inserida numa obra de caráter geral de A. L. Morton, *A People's History of England*, Left Book Club, Londres, 1933.

Nessa mesma linha de abordagem, o grande intérprete da Revolução Inglesa é, indubitavelmente, C. Hill. Em 1940 veio à luz seu pequeno e magistral estudo *The English Revolution, 1640*, Lawrence & Wishart, Londres, contando atualmente com tradução para o português *A Revolução Inglesa de 1640*, Editorial Presença, Lisboa, 1977. Contêm uma análise incisiva do processo revolucionário inglês do século XVII, entendido como uma luta de classes, opondo basicamente a *gentry* e a burguesia mercantil de um lado, contra a nobreza tradicional e o clero anglicano do outro. Foi revolucionária, progressista, ao mesmo tempo que destruiu a monarquia, eliminado os entraves ao desenvolvimento do país e à constituição de uma estrutura social e política mais avançada. Em 1958 surgiu o grande texto *Puritanism and Revolution*, Schocken Books, Nova Iorque, no qual se destaca o capítulo sobre a legislação agrária da Revolução. Após vários estudos específicos, a publicação em 1961 de *The Century of Revolution 1603-1714*, W. W. Norton, Nova Iorque, representou uma reavaliação global, menos esquemática do que a publicação de 1940.

A perspectiva crítica em relação às interpretações marxistas, aparece em J. H. Hexter, "The myth of the middle class in Tudor England", *Reapraisals in History*, Harper, Nova Iorque, 1963, que procurou desacreditar o método de C. Hill, acusando-o de elaborar pesquisas segundo hipóteses preconcebidas. Na mesma linhagem de

raciocínio, Perez Zagorin, *A History of Political Thought in the English Revolution*, Routledge & Keagan Paul, 1965, negou o caráter revolucionário dos movimentos políticos do século XVII, insistindo que a Revolução foi o resultado de divisões dentro da própria elite política, dividindo Corte e o País.

A ampliação das perspectivas em relação à Revolução Inglesa aparece em vários textos. Michael Walzer, *The Revolution of the Saints*, Weidenfeld, Londres, 1966, reformulou a explicação do puritanismo inglês considerando-o uma espécie de resposta para as inquietações do século XVII. Peter Laslett, *The World We Have Lost*, Methuen, Londres, 1965, afirma que a Revolução não existiu porque não há marca de sua presença nos registros paroquiais e que a tentativa de interpretá-la com base na emergência de uma classe capitalista apenas oblitera o ocorrido, impedindo a compreensão daquele mundo. A comparação entre a Revolução Inglesa e outras revoluções, Francesa, Americana, Russa, Chinesa, aparece em Crane Brinton, *The Anatomy of a Revolution*, Prentice-Hall, Nova Iorque, 1938 e, principalmente, Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Penguin Books, Harmondsworth, 1973.

Para o estudo da Revolução Inglesa numa perspectiva regional, veja-se A. M. Everitt, *The Community of Kent and the Great Rebellion*, Leicester University Press, Leicester, 1966.

O estudo da estrutura econômica na perspectiva marxista em M. Dobb, *A Evolução do Capitalismo*, trad. port., Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1968. Outros textos excelentes sobre o assunto são: F. J. Fisher, *Essays in the*

economic and social history of Tudor and Stuart England, C.U.P., Cambridge, 1961; Barry Supple, *Commercial crisis and change in England, 1600-1642*, Cambridge University Press, Cambridge, 1959; A. Friis, *Alderman Cockayne's Project and the Cloth Trade*, Levin and Munksgaard, Copenhague, 1927 e J. O. Appleby, *Economic Thought and Ideology in Seventeenth Century England*, Princeton University Press, Princeton, 1980.

Tema fundamental é a relação entre a crise geral do século XVII e a Revolução Inglesa. Nesse sentido ver T. Aston (org.), *Crisis in Europe 1560-1660*, Routledge & Keagan Paul, Londres, 1965. Contém artigos publicados em *Past and Present* de Eric Hobsbawm, H. R. Trevor-Roper, Roland Mousnier, J. H. Elliot e outros, com uma introdução de C. Hill. Os artigos clássicos de Hobsbawm e Trevor-Roper encontram-se traduzidos para o português *in Capitalismo Transição*, Eldorado, Rio de Janeiro, 1975. Para uma terceira posição, que confronta basicamente a tese de Hobsbawm, veja-se A. D. Lublinskaya, *La Crisis del Siglo XVII y la Sociedad del Absolutismo*, trad. esp., Editorial Critica, Barcelona, 1979.

A temática radical no contexto da Revolução Inglesa, especialmente o caráter ideológico do movimento, no excelente texto de George Rudé, *Ideology and Popular Protest*, Pantheon Books, Nova Iorque, 1980. Para o movimento geral da sociedade B. Manning, "The nobles, the people and the Constitution", *Past and Present*, 9, abril de 1956. Acima de tudo o indispensável texto de Christopher Hill, *The World Turned Upside Down*, Middlesex, Penguin Books, 1975, para uma análise das idéias radicais no contexto da Revolução.

Sobre a estrutura política do absolutismo em geral o melhor texto é de P. Anderson, *Lineages of the Absolutist State*, Verso Edition, Londres, 1979. Especificamente para a natureza do Estado inglês dois textos de G. E. Aylmer, *The King's Servants* e *The State's Servant*, ambos editados por Routledge, Londres, 1974 e 1973, respectivamente.

Um estudo específico sobre a relação entre a religião e a Revolução em W. Haller, *Liberty and Reformation in the Puritan Revolution*, Columbia University Press, 1967. A relação entre o puritanismo e o espírito do capitalismo foi analisado com propriedade por Richard Tawney, *A Religão e o Surgimento do Capitalismo*, trad. port. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1971. De C. Hill, o excelente *Society and Puritanism*, Secker & Warburg, 1964 e *Economic Problems of the Church*, Clarendon Press, Oxford, 1956.

Para os aspectos culturais dois textos de C. Hill, *Intellectual Origins of the English Revolution* e, sobretudo, o seu estudo mais recente *Milton and the English Revolution*, Penguin Books, Nova Iorque, 1977 e *Some Intelectual Consequences of the English Revolution*, 1980.

Sobre o Autor

É mineiro. Nasceu em Cássia, em 1942. Casado com Maria Arminda e pai de dois filhos, Mariana e José Jobson. Bacharel, licenciado e pós-graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Doutorou-se pela mesma Universidade em 1973, onde defendeu a tese *O Brasil no Comércio Colonial*, transformada em livro pela Editora Ática em 1980. Desenvolveu, em 1978, pesquisas sobre as relações comerciais entre Portugal e a Itália que resultaram no estudo *O Comércio entre Portugal e a Itália (1796-1811)*, ainda inédito. As pesquisas que vinha realizando desde 1967, em torno das revoluções sociais e econômicas da Inglaterra, deram origem à tese de livre docência, defendida na USP em 1982, sob o título *As Raízes do Industrialismo Moderno*, que juntamente com o livro *Revolução Industrial e Capitalismo*, constituirão dois próximos lançamentos da Editora Brasiliense, completando, com o presente texto sobre *A Revolução Inglesa*, uma seqüência de estudos sobre os séculos XVII e XVIII na Inglaterra. Redigiu dois capítulos intitulados A Produção e a Circulação de Bens e As Pulsações Financeiras e Econômicas, componentes da obra coletiva *O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)*, volume VII da *História Geral da Expansão Portuguesa*, Editora Estampa, Lisboa. É professor e coordenador do Curso de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da USP, no qual orienta dissertações de mestrado e teses de doutoramento em torno do tema central da formação do capitalismo brasileiro. Atualmente conduz, do Brasil, pesquisas no *Public Record Office*, com vistas à reconstituição das relações comerciais Brasil-Inglaterra entre 1808 e 1822, tendo por meta final um estudo de conjunto sobre a economia brasileira entre 1808 e 1831. Escreveu dezenas de apostilas, publicou resenhas e artigos em revistas e jornais. É autor de dois manuais de grande penetração, *História Antiga e Medieval* e *História Moderna e Contemporânea*, em vigésima edição pela Editora Ática. É assessor de entidades oficiais de pesquisa. Junto à Editora Abril foi assessor para a coleção *Saga a Grande História do Brasil*. É professor e coordenador do Curso e Colégio Objetivo desde 1969.

A Revolução Inglesa de 1640 transformou a estrutura política, social e econômica da Inglaterra. Antecipando-se em 150 anos às revoluções Americana e Francesa, foi a primeira vez na História que a burguesia, tirando o poder — e a cabeça — do rei, no caso, Carlos I, assumiu o poder. Liderada por Cromwell, foi a revolta que, eliminando o modo de produção artesanal, lançou as bases para o capitalismo e a Revolução Industrial, que no século seguinte estenderia o poderio e o domínio britânicos pelos cinco continentes

ISBN: 85-11-02082-